Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas

Companhia Mineira de Açúcar e Álcool Participações

31 março de 2025
com Relatório do Auditor Independente

Companhia Mineira de Açúcar e Álcool Participações

Demonstrações financeiras individuais e consolidadas

31 de março de 2025

Índice

Relatório da Administração 1
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas .. 12

Demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Balanços patrimoniais 15
Demonstrações dos resultados 17
Demonstrações dos resultados abrangentes 18
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido 19
Demonstrações dos fluxos de caixa 20
Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas 21

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO | 4T25 CALENDÁRIO SAFRA

Uberaba, 12 de junho de 2025.

Senhores Acionistas,

A Companhia Mineira de Açúcar e Álcool Participações (CMAA), um dos maiores *players* de etanol, açúcar VHP e bioeletricidade no estado de Minas Gerais, apresenta os resultados consolidados do 4T25 – calendário Safra (período entre 01/04/2024 e 31/03/2025).

Mensagem da Administração

Na safra 2024/25 o setor Sucroenergético enfrentou diversos desafios, marcado por ajustes de mercado, principalmente relacionado aos aumentos na taxa de juros e variação no preço das commodities, além de condições climáticas adversas, com longo período de estiagem, ondas de calor e baixa pluviometria que afetaram o desenvolvimento da cana em todo o Centro-Sul, responsáveis por 91% da produção de cana do país. As queimadas e o clima extremo causaram danos em diferentes fases de desenvolvimento da cana, intensificando as perdas que impactaram diretamente a recuperação da produtividade dos canaviais.

Segundo dados divulgados pela UNICA (União da Indústria de Cana-De-Açúcar), as usinas da região Centro-Sul processaram 621,88 milhões de toneladas de cana-de-açúcar desde o início da safra até o final de março de 2025, ou seja, 4,98% a menor em relação ao mesmo período da safra anterior (com moagem de 654,45 milhões de toneladas). A média de açúcar total recuperável (ATR) por tonelada de cana na região acumulou 141,07 kg/toneladas de cana ou seja 1,33% maior, quando comparado ao mesmo período. Mantendo o comparativo do ano anterior, na região Centro-Sul foram fabricados 34,96 bilhões de litros de etanol, 4,06% a mais do que o mesmo período comparativo, sendo 22,59 bilhões de litros de etanol hidratado e 12,37 bilhões de litros de anidro. Já no processamento de cana-de-açúcar a produção de açúcar teve uma redução em 40,17 milhões de toneladas, redução de 5,31% em relação ao período anterior 42,42 milhões de toneladas.

No acumulado da safra, o grupo CMAA apresentou moagem em linha ao mesmo período da safra anterior, totalizando 13,2 mil toneladas a mais em relação à safra 23/24. A quantidade de processamento dentro da safra realizou com volume de cana moída 9.277,7 mil tons. A quantidade de Açúcares Totais Recuperáveis (ATR) atingiu 140,9 kg/ton no acumulado da safra, sendo 1,5% maior que o apresentado na safra anterior, que foi 138,9 kg/ton. Na safra a produção de açúcar chegou a 693,7 mil toneladas, queda de 1,0% frente ao mesmo período da safra anterior. No etanol houve um aumento de 5,1% na produção, totalizando 365,4 milhões de m³ no mesmo período, mesmo com mix voltado para a produção de açúcar.

Quanto ao desempenho econômico, a CMAA, registrou uma receita bruta de R$ 2.942 milhões, alta de 11,4% comparado ao mesmo período do ano anterior, e lucro líquido de R$ 34,0 milhões de reais. Continuamos dedicados no alcance dos melhores resultados, focados sempre em garantir o constante crescimento do grupo com aumento de eficiência operacional e redução de custos. Tudo isso, aliado a integridade e as condições ideais de trabalho de nossos colaboradores, com fortes investimentos em sua capacitação e desenvolvimento.

Seguem também as fortes iniciativas que nos permitem constante crescimento sustentável, mantendo elevados padrões de ESG como um dos nossos mais importantes pilares operacionais. Por fim, continuamos comprometidos em fortalecer nosso agronegócio nacional, gerando valor para nossos acionistas e a sociedade em geral na produção de alimento e de energia natural e limpa.

Destaques 12M25 x 12M24

Processamento de 9,3 milhões de toneladas de cana na safra, sendo **0,1% superior** ao volume processado durante o mesmo período da safra anterior.

Produção na safra quando comparada com o mesmo período ficou 693,7 mil toneladas de açúcar (**-1,0%**), 126,1 mil m³ de etanol anidro (**-9,1%**), 239,3 mil m³ de etanol hidratado (**+14,5%**) e 394,6 mil MWh de energia elétrica (**-4,9%**).

Receita líquida de R$ 2.801,5 bilhões, **10,4% maior** do que os R$ 2.538,5 bilhões auferidos na safra anterior.

Resultado Operacional[1] de R$ 532,8 milhões na safra, com margem de 19,0%.

EBITDA ajustado de R$ 1.372,4 bilhões, **14,8% maior** do que os R$ 1.195,8 milhões auferidos na safra anterior.

[1]O Resultado Operacional equivale ao Lucro antes do resultado financeiro e imposto de renda e contribuição social conforme apresentado na DRE.

[2]O EBITDA Ajustado é encontrado deduzindo do EBITDA os efeitos de variação de valor justo do Ativo Biológico (fair value) e os ganhos e perdas com investimentos do EBITDA.

Sobre o Grupo CMAA

A Companhia Mineira de Açúcar e Álcool Participações, com sede em Uberaba/MG, possui as seguintes controladas relevantes: Vale do Tijuco Açúcar e Álcool S/A. (Vale do Tijuco), Vale do Pontal Açúcar e Etanol S/A. (Vale do Pontal) e Canápolis Açúcar e Etanol S/A. (Canápolis).

As três unidades estão localizadas na região conhecida como Triângulo Mineiro com capacidade de processamento de 9,7 milhões de toneladas de cana e produzem açúcar, etanol anidro, etanol hidratado e energia elétrica, bem como os subprodutos óleo fusel e bagaço de cana. A Vale do Tijuco, cujas operações tiveram início em abril de 2010, possui capacidade de moagem aproximada de 5,0 milhões de toneladas de cana-de-açúcar/ano. Na Vale do Pontal, as atividades tiveram início em maio de 2016 e a empresa passou a fazer parte do Grupo em julho de 2018.

A capacidade de moagem em suas instalações é de cerca de 2,7 milhões de toneladas de cana-de-açúcar/ano, que está em processo de ampliação para ao menos 3,7 milhões de toneladas. A Usina Canápolis iniciou as suas atividades em maio 2020 e passou a fazer parte do Grupo CMAA em 30 de setembro 2020, com uma capacidade de moagem atual de 2,0 milhões de toneladas de cana-de-açúcar/ano.

Desempenho Operacional

Durante a safra foram processadas 9.277,7 mil toneladas de cana, em linha com as 9.264,5 mil toneladas processadas no mesmo período da safra anterior, com 53,2% de cana de origem própria e 46,8% de fornecedor. O ATR no acumulado da safra a Companhia chegou ao ATR médio de 140,9 kg/ton, contra 138,9 kg/ton o mesmo período anterior.

Dados Operacionais	12M25	12M24	Var. (%)
CMAA - Consolidado			
Cana Processada (mil toneladas)	9.277,7	9.264,5	0,1%
Própria	4.934,8	4.570,8	8,0%
Terceiros	4.342,9	4.693,7	-7,5%
% Própria	53,2%	49,3%	3,9 p.p.
% Terceiros	46,8%	50,7%	-3,9 p.p.
ATR (kg/ton de cana)	140,9	138,9	1,5%
Mix Açúcar	56,9%	58,4%	-1,5 p.p.
Mix Etanol	43,1%	41,6%	1,5 p.p.
Produção			
Açúcar (mil toneladas)	693,7	700,8	-1,0%
Etanol Anidro (mil m³)	126,1	138,7	-9,1%
Etanol Hidratado (mil m³)	239,3	209,0	14,5%
Total Etanol	**365,4**	**347,7**	**5,1%**
Energia (mil MWh)	394,6	415,1	-4,9%
Vendas			
Açúcar (mil toneladas)	690,0	707,9	-2,5%
Etanol Anidro (mil m³)	117,4	135,3	-13,2%
Etanol Hidratado (mil m³)	241,3	214,2	12,65%
Total Etanol	**358,7**	**349,5**	**2,61%**
Energia (mil MWh)	381,2	398,4	-4,3%
CBIOS (mil unidades)	278,6	396,0	-29,6%
Estoques			
Açúcar (Mil toneladas)	0,5	0,9	-44,44%
Etanol Anidro (mil m³)	4,5	0,3	1400%
Etanol Hidratado (mil m³)	1,3	1,4	-7,14%
Total Etanol	**5,7**	**1,7**	**231,7%**

Aproveitando as condições favoráveis do mercado novamente a produção de açúcar foi priorizada na safra 24/25, totalizando 690,0 mil toneladas, apresentando pequena redução de 1,0% na comparação com o mesmo período do ano anterior. No etanol houve um aumento de 5,1% na produção total, sendo que a produção de etanol anidro alcançou 126,1 mil m³, volume 9,1% inferior, enquanto a produção de etanol hidratado totalizou 239,3 mil m³, aumento de 14,5% considerando o mesmo período do ano passado.

Quanto a cogeração de energia, a Companhia apresentou uma redução de 4,9% no acumulado da safra, a geração passou de 415,1 mil MWh para 394,6 mil MWh,

Desempenho Econômico-Financeiro

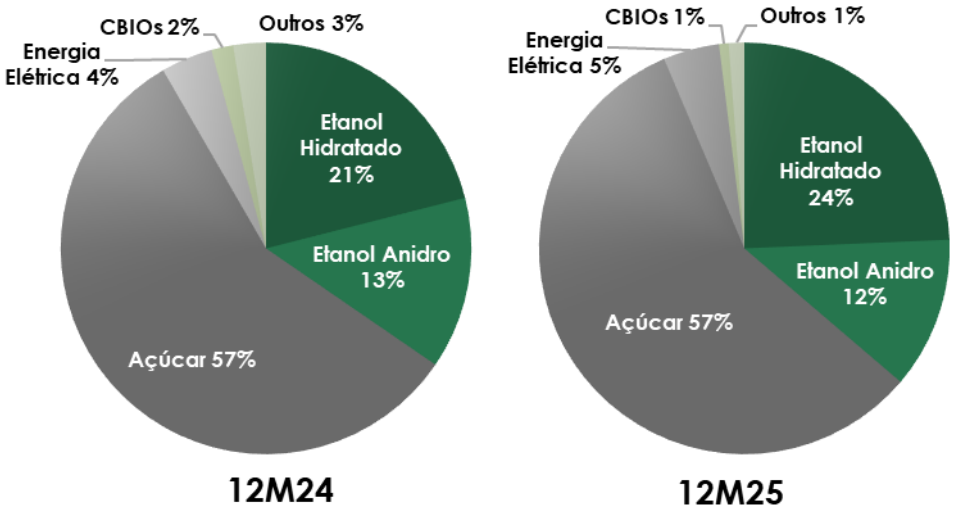
CMAA - Consolidado	12M25	12M24	Var. (%)
Em Milhares de Reais			
Receita Bruta	2.941.515	2.641.697	11,4%
Receita Líquida	**2.801.453**	**2.538.497**	**10,4%**
Valor Justo Ativo Biológico no CPV	-21.940	-3.380	549,1%
CPV sem Valor Justo Ativo Biológico	-2.057.444	-1.816.975	13,2%
Total do CPV	**-2.079.384**	**-1.820.355**	**14,2%**
Margem CPV (%)	*74,2%*	*71,7%*	*2,5%*
Lucro Bruto	**722.069**	**718.142**	**0,6%**
Margem Bruta (%)	*25,8%*	*28,3%*	*-2,5%*
Despesas Gerais, Comerciais e Outras	-189.271	-258.571	-26,8%
Resultado Operacional	**532.798**	**459.571**	**15,9%**
Margem Operacional (%)	*19,0%*	*18,1%*	*0,9%*
Depreciação e Amortização	817.510	732.787	11,6%
EBITDA	**1.350.308**	**1.192.358**	**13,3%**
Margem EBITDA (%)	*48,2%*	*47,0%*	*1,2%*
Valor Justo Ativo Biológico no CPV	21.940	3.380	549,1%
Ganhos e Perdas com Investimentos	160	75	113,3%
EBITDA Ajustado	**1.372.408**	**1.195.812**	**14,8%**
Margem EBITDA (%)	*49,0%*	*47,1%*	*1,9%*
Lucro Líquido	**33.968**	**103.496**	**-67,2%**
Margem Líquida (%)	***1,2%***	***4,1%***	***-2,9%***

Na safra 24/25, a CMAA registrou um lucro líquido de R$ 34,0 milhões, resultado inferior em 67,2% de lucro líquido do mesmo período do ano anterior. A margem líquida foi 1,2% ante 4,1% no mesmo período de comparação, sendo que os principais impactos foram causados pela volatilidade dos preços de etanol, além das variações cambiais e na taxa de juros. Além disso, houve também maiores custos de produção e logística, e variação negativa no valor justo dos ativos biológicos devido a atualização a menor das estimativas de preços de etanol com maiores custos no fluxo de caixa futuro projetado.

Receita

COMPOSIÇÃO RECEITA BRUTA	12M25	12M24	Var. (%)
Em Milhares de Reais	0	0	Var. (%)
Receita Bruta Total	**2.941.515**	**2.641.697**	**11,4%**
Etanol Hidratado	715.582	556.020	28,7%
Etanol Anidro	350.236	356.925	-1,9%
Etanol Total	**1.065.817**	**912.945**	**16,7%**
Açúcar	1.687.596	1.507.976	11,9%
Energia Elétrica	129.863	107.348	21,0%
CBIOs	22.105	45.488	-51,4%
Outros	36.133	67.941	-46,8%

Distribuição - Receita Bruta



Na safra 24/25 (12M25), a receita bruta, em geral, teve aumento de 11,4% alcançando R$ 2.941,5 milhões, com participação da receita dos produtos bastante parecida com a do ano anterior. O faturamento de etanol representou um decréscimo de cerca de 16,7% no acumulado da safra, enquanto a receita bruta referente à venda de açúcar aumentou cerca de 11,9%. Já a receita com venda de CBIOs diminuiu 51,4% em relação ao acumulado do mesmo período da safra 2023/2024, totalizando 22,1 milhões de reais.

Etanol

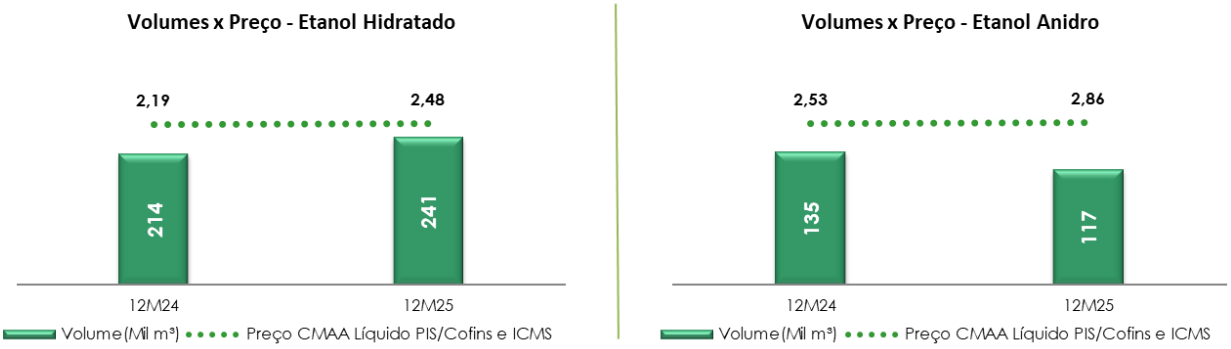
O mercado de etanol, ao longo dos anos, demonstra sensibilidade a diversos fatores que influenciam seus preços de venda. Políticas governamentais, como as taxas de mistura obrigatória de etanol na gasolina, exercem impacto significativo sobre a demanda. Adicionalmente, a volatilidade dos preços do petróleo afeta a competitividade do etanol em relação à gasolina, refletindo-se na demanda e nos preços de comercialização.

No Brasil, a demanda por etanol encontra sustentação na política de mistura compulsória na gasolina, atualmente fixada em 27% e com a possibilidade de aumento para até 35% em um futuro próximo, o governo garante uma demanda cativa para o biocombustível. Assim, independentemente das oscilações do mercado global de petróleo, uma fração significativa do combustível consumido pelos veículos já vem pré-misturada com etanol, assegurando, de maneira sistemática, o consumo deste insumo e, consequentemente, fortalecendo o setor sucroenergético.

Como parte das vendas de etanol já estava fixada a bons níveis de preço e a Companhia vem realizando as entregas deste volume no decorrer da safra, os preços médios de venda foram superiores ao exercido pelo mercado, o que nos assegurou um melhor preço médio comparado ao mesmo período do exercício anterior.

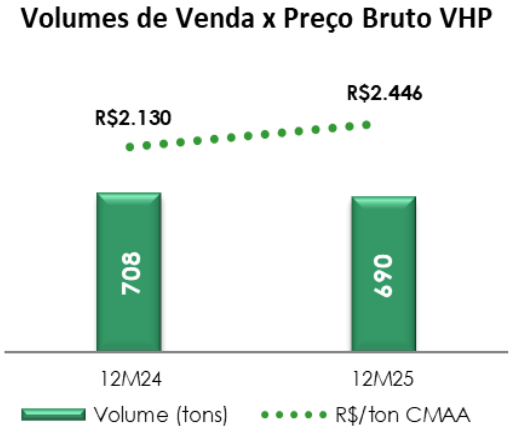
Ao longo da safra, o mercado de etanol experimentou uma valorização impulsionada por múltiplos fatores. A alta dos preços do açúcar no mercado internacional direcionou uma maior parcela da cana-de-açúcar para sua a produção. Consequentemente, houve uma menor oferta tanto de etanol hidratado quanto de anidro no mercado interno. Adicionalmente, a paridade de preços favorável em relação à gasolina tornou o etanol mais competitivo nas bombas, sustentando a demanda e contribuindo para a elevação dos preços médios do biocombustível ao longo do período.

Visando capturar os melhores momentos de preços no decorrer da safra, a CMAA comercializou um total de 241,3 mil m³ de etanol hidratado, com um preço médio líquido de R$ 2,48/litro, superior ao mesmo período da safra passada de R$ 2,19/litro. Já no etanol anidro, foram comercializados 117,4 mil m³ com preço líquido médio de R$ 2,86, superior ao preço médio líquido do mesmo período anterior, que havia sido de 2,53 R$/litro.



VHP

Até o final da safra foram vendidas 690,0 mil toneladas de açúcar quase que totalmente no mercado externo, o que representa uma redução de 2,5% em relação às 707,9 mil toneladas comercializadas no mesmo período do ano passado. O ritmo das vendas foi maior nos últimos trimestres devido a cadência de produção da safra e transporte/embarque no açúcar no porto. Os preços praticados pela CMAA na safra 24/25 foram superiores em 14,8% quando comparados ao praticado no mesmo período do ano anterior, alcançando preço médio de R$ 2.446 por tonelada, já com os efeitos do Hedge Accounting das fixações de preço realizadas nos anos anteriores que contribuíram para o preço levemente melhor que a média do mercado no período.



Custo dos Produtos Vendidos

Na safra 2024/2025, o custo dos produtos vendidos aumentou 14,2% em comparação ao exercício anterior, considerando inclusive os efeitos da variação do valor justo do ativo biológico decorrente dos maiores volumes comercializados. Esse desempenho refletiu, em parte, o acréscimo dos custos totais de produção, impulsionado principalmente pela amortização dos investimentos realizados em tratos culturais – aplicados para garantir um melhor rendimento dos canaviais diante das condições climáticas adversas – e pelo aumento dos custos agrícolas. Também se observou elevação dos custos industriais, ocasionada pelo encarecimento das despesas com manutenção, serviços terceirizados e da mão de obra, além do maior custo de Corte, Carregamento e Transporte (CCT) da cana, registrados nesta safra. Considerando esses aspectos na análise, evidencia-se o impacto acumulado de diversos fatores na formação dos custos do setor.

CPV	12M25	12M24	Var. (%)
Em Milhares de Reais			
Amortização tratos	229.174	218.057	5,1%
Amortização do plantio	167.910	109.820	52,9%
Compra de cana fornecedor na esteira	664.955	634.313	4,8%
Amortização do direito de uso e parcerias agrícolas	189.529	171.682	10,4%
Depreciação	68.547	62.493	9,7%
Amortização de entressafra	153.622	163.610	-6,1%
Custos com corte, carregamento e transporte (CCT)	374.203	324.406	26,1%
Custos industriais	188.846	175.207	7,8%
Custo de serviços prestados	29.682	24.085	23,2%
Outros custos	29.608	7.237	309,1%
Variação do valor justo de ativos biológicos	21.940	3.380	549,1%
Créditos de PIS e COFINS sobre insumos	-38.724	-73.919	-47,6%
Créditos de Descarbonização - CBIOS	16	-16	-199,1%
Provisão para ajuste a valor realizável líquido estoques	76	0	0,0%
Total	**2.079.384**	**1.820.355**	**14,2%**
Abertura do CPV por produto.			
Açúcar	1.072.096	937.565	14,4%
Etanol	899.213	800.221	12,4%
Energia	41.340	22.111	87,0%
Outros	66.736	60.458	10,4%
Total do CPV	**2.079.384**	**1.820.355**	**14,2%**
ATR Vendido ('000 Tons)	1.261	1.267	-0,5%
Custo Unit.(CPV Açúcar e Etanol/ATR)	1.564	1.372	14,0%

Despesas Operacionais

As despesas com vendas são influenciadas por diversos fatores, principalmente a logística de distribuição do açúcar VHP enviado para o porto para exportação. Em linhas gerais, houve redução nas despesas com vendas para o ano se comparado ao ano anterior, com aumento notado apenas nas despesas com pessoal, indicando os investimentos da companhia na equipe comercial para enfrentar os desafios apresentados na safra.

Despesas com Vendas	12M25	12M24	Var. (%)
Em Milhares de Reais			
Fretes e carretos	144.361	146.897	-1,7%
Tarifas Decorrentes da Distribuição de Energia Elétrica	5.058	10.431	-51,5%
Comissões	5.918	8.834	-33,0%
Despesas com pessoal	8.957	7.053	27,0%
Outras despesas comerciais	9.230	10.563	-12,6%
Depreciação e amortização	3.045	3.222	-5,5%
Total Geral	**176.569**	**187.000**	**-5,6%**

As despesas administrativas no período 12M25, registrou um aumento de 8,8% em comparação com o ano anterior. Este incremento foi significativamente influenciado pela elevação dos gastos com pessoal, motivada pela expansão da equipe administrativa para suportar o crescimento operacional da companhia, bem como pelo efeito do dissídio salarial aplicado no exercício. Em contrapartida, observou-se uma redução nos custos relacionados a serviços de terceiros durante o mesmo período. Tal diminuição decorreu da estratégia de internalização de diversas atividades, o que parcialmente mitigou o impacto do aumento nas despesas com mão de obra administrativa sobre o montante total das despesas administrativas.

Despesas Administrativas	12M25	12M24	Var. (%)
Em Milhares de Reais			
Despesas com pessoal	35.612	31.436	13,3%
Serviços de terceiros	13.124	14.824	-11,5%
Outras despesas administrativas	17.221	15.546	10,8%
Depreciação e amortização	5.075	3.472	46,2%
Total Geral	**71.032**	**65.278**	**8,8%**

Resultado Financeiro e Endividamento Bancário

O resultado financeiro líquido acumulado até 31 de março de 2025 apresentou uma despesa de R$445,5 milhões, aumento de 34,2% em relação ao resultado negativo de R$332,0 milhões no mesmo período do ano anterior. Essa variação negativa foi primordialmente influenciada pela elevação da taxa de juros e pelo impacto das projeções futuras do CDI e do IPCA sobre o valor justo dos instrumentos financeiros derivativos utilizados na gestão do endividamento da companhia. Durante o período analisado, as receitas financeiras demonstraram um crescimento de 12,4%, ao passo que as despesas financeiras exibiram um aumento de 28,2%.

Resultado Financeiro líquido	12M25	12M24	Var. (%)
Em Milhares de Reais			
Receitas financeiras	142.261	126.573	12,4%
Despesas financeiras	-587.769	-458.546	28,2%
Total Geral	**-445.508**	**-331.973**	**34,2%**

Abertura Resultado Financeiro	12M25	12M24	Var. (%)
Em Milhares de Reais			
Juros sobre empréstimos e financiamentos	-232.751	-195.106	19,3%
Rendimentos sobre aplicações financeiras	57.651	50.520	14,1%
Ganho/Perdas com ajuste a valor justo - derivativos	-51.244	-34.084	50,3%
IOF	-1.057	-8.181	-87,1%
Resultado da Variação Cambial	-18.612	750	-2581,5%
Despesas Bancárias / apropriação de custos de empréstimos	-32.413	-9.326	247,6%
Outras receitas e despesas financeiras	-41.210	-32.250	27,8%
Ajuste a valor presente arrendamentos	-125.873	-104.296	20,7%
Total	**-445.508**	**-331.973**	**34,2%**

O endividamento bruto atingiu o montante de R$ 2,1 bilhões, maior em 15,3% em 31 de março de 2025. Já a dívida líquida atingiu o montante de R$ 1.641,3 milhões em 31 de março 2025, 58,0% maior que o registrado em 31 de março de 2024 devido a redução das disponibilidades, reflexo da estratégia da companhia, na gestão dos pagamentos e recebíveis de curtíssimo prazo, a antecipação na liquidação de CRAs contratados em anos anteriores, substituídos por novas emissões que representavam condições estratégicas mais aderentes ao plano de crescimento da Companhia (maior prazo de pagamento, ajuste nos custos e atualização dos *covenants*). Isso foi seguido pela intensificação nos investimentos de ampliação da unidade Vale do Pontal, além dos constantes investimentos realizados para modernização o crescimento de eficiência das demais usinas da companhia com manutenção dos parques industriais, das áreas de produção de cana de açúcar, além do gradual projeto de irrigação na Usina Vale do Pontal o que, consequentemente, ocasionaram na necessidade de novas captações.

Endividamento	31/03/25	31/03/24	Var. (%)
Em Milhares de Reais			
CCE	-	30.108	-100,0%
FINAME / FINEM	230.969	190.684	21,1%
Capital de giro	740.317	274.624	169,6%
CRA	1.189.173	1.375.143	-13,5%
Despesas Diferidas	-49.153	-39.341	24,9%
Dívida Bruta Total	**2.111.307**	**1.831.218**	**15,3%**
Caixa e equivalentes	470.021	792.674	-40,7%
Dívida Líquida	**1.641.286**	**1.038.544**	**58,0%**
Capital Social	503.892	503.892	0,0%
Cana Processada (mil toneladas)	9.278	9.265	0,1%
EBITDA	1.372.423	1.195.813	14,8%
Índice (Dívida líq. / Capital Social)	**3,26**	**2,06**	**58,3%**
Índice (Dívida líq. / Cana Processada - mil ton.)	**176,9**	**112,1**	**57,8%**
Índice (Dívida líq. / EBITDA)	**1,20**	**0,87**	**37,7%**

Importante mencionar que na Gestão de Risco da Companhia existe um desdobramento entre empréstimos negociados em diferentes indexadores, parcialmente segurados pelo IPCA, parcialmente segurados pelo CDI. Como essas operações de swap de taxa de juros são muitas vezes executadas por meios distintos da operação original, mensurados ao valor justo e que produzem efeitos no resultado da Companhia de acordo com a variação desse valor justo (calculados baseados nas curvas futuras dos indexadores) ao longo da operação, elas se tornam efetivos apenas no momento da liquidação financeira, quando o efeito acumulado no resultado refletirá o resultado real de proteção da operação. Logo, os lucros e/ou perdas desses instrumentos de swap requerem análise específica para entender melhor nossa responsabilidade real.

No período findo em 31 de março de 2025, a Ernst & Young Auditores Independentes S.S. não prestou serviços que não sejam relacionados com auditoria.

Shape the future
with confidence

Edifício Walk Bueno Business
Rua T-55, 930 - 11º Andar, Salas 1110 a 1115
Setor Bueno - Goiânia - GO - CEP: 74215-170
Tel: +55 62 3605-1100
ey.com.br

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos
Administradores e Acionistas da
Companhia Mineira de Açúcar e Álcool Participações
Uberaba - MG

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia Mineira de Açúcar a Álcool Participações ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Companhia em 31 de março de 2025, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS").

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Uma empresa-membro da Ernst & Young Global Limited

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como “normas contábeis IFRS”), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

Shape the future
with confidence

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Goiânia, 12 de junho de 2025.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S. Ltda.
CRC SP-015199/F

Eric Piantino

Eric Horta Piantino
Contador CRC MG-107829/O

Companhia Mineira de Açúcar e Álcool Participações

Balanços patrimoniais
Em 31 de março de 2025 e 31 de março de 2024
(Em milhares de reais)

		Controladora		Consolidado	
	Nota	**31/03/2025**	**31/03/2024**	**31/03/2025**	**31/03/2024**
Ativo					
Ativo circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	8	**1.668**	4.598	**470.021**	792.507
Aplicações financeiras	9	**-**	-	**-**	167
Contas a receber de clientes e outros recebíveis	10	**-**	-	**51.594**	76.218
Arrendamentos a receber	11	**-**	-	**88.836**	82.080
Estoques	12	**-**	-	**129.571**	96.153
Ativo biológico	13	**-**	-	**347.718**	333.807
Impostos e contribuições a recuperar	14	**307**	264	**130.438**	122.284
Adiantamento a fornecedores e outros ativos	15	**-**	38	**29.681**	38.013
Instrumentos financeiros derivativos	25	**-**	-	**16.158**	38.088
Total do ativo circulante		**1.975**	4.900	**1.264.017**	1.579.317
Ativo não circulante					
Contas a receber de clientes e outros recebíveis	10	**-**	-	**4.307**	9.145
Arrendamentos a receber	11	**-**	-	**425.016**	346.942
Impostos e contribuições a recuperar	14	**-**	-	**92.841**	41.326
Depósitos judiciais		**-**	-	**1.155**	1.272
Adiantamento a fornecedores e outros ativos	15	**-**	-	**302**	22
Instrumentos financeiros derivativos	25	**-**	-	**1.019**	12.342
Imposto de renda e contribuição social diferidos	26	**-**	-	**164.257**	165.349
Investimentos	16	**710.030**	759.766	**15.152**	14.145
Imobilizado	17	**-**	-	**2.157.222**	1.730.483
Intangível		**-**	-	**51.175**	21.422
Direito de uso	18	**-**	-	**1.237.634**	1.261.124
Total do ativo não circulante		**710.030**	759.766	**4.150.080**	3.603.572
Total do ativo		**712.005**	764.666	**5.414.097**	5.182.889

		Controladora		Consolidado	
	Nota	31/03/2025	31/03/2024	31/03/2025	31/03/2024
Passivo e patrimônio líquido					
Passivo circulante					
Empréstimos e financiamentos	19	**-**	-	**213.635**	466.160
Fornecedores e outras contas a pagar	20	**1**	45	**336.847**	245.677
Arrendamentos e parcerias agrícolas a pagar	21	**-**	-	**224.414**	335.338
Adiantamento de clientes	22	**-**	-	**143.154**	145.372
Instrumentos financeiros derivativos	25	**-**	-	**14.087**	42.870
Provisões e encargos trabalhistas		**-**	-	**68.275**	57.114
Obrigações fiscais		**6.436**	6.441	**18.975**	17.434
Outros passivos		**-**	-	**4.836**	2.210
Total do passivo circulante		**6.437**	6.486	**1.024.223**	1.312.175
Passivo não circulante					
Empréstimos e financiamentos	*19*	**-**	-	**1.897.672**	1.450.391
Fornecedores e outras contas a pagar	20	**-**	-	**745**	576
Arrendamentos e parcerias agrícolas a pagar	21	**-**	-	**1.608.447**	1.390.920
Adiantamento de clientes	22	**-**	-	**165.994**	261.383
Provisões para demandas judiciais	23	**-**	-	**3.395**	1.658
Obrigações fiscais		**-**	-	**396**	637
Instrumentos financeiros derivativos	25	**-**	-	**7.657**	6.969
Provisão para perda em investimentos	16	**69**	-	**69**	-
Total do passivo não circulante		**69**	-	**3.684.375**	3.112.534
Patrimônio líquido	24				
Capital social		**503.892**	503.892	**503.892**	503.892
Reserva de capital		**4.164**	4.164	**4.164**	4.164
Reservas de lucros		**207.755**	253.787	**207.755**	253.787
Ajuste de avaliação patrimonial		**(10.312)**	(3.663)	**(10.312)**	(3.663)
Total do patrimônio líquido		**705.499**	758.180	**705.499**	758.180
Total do passivo e patrimônio líquido		**712.005**	764.666	**5.414.097**	5.182.889

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Companhia Mineira de Açúcar e Álcool Participações

Demonstrações dos resultados
Exercícios findos em 31 de março de 2025 e 31 de março de 2024
(Em milhares de reais, exceto o lucro líquido por ação, em reais)

		Controladora		Consolidado	
	Nota	2025	2024	2025	2024
Receita líquida	27	**-**	-	**2.801.453**	2.538.497
Custo das vendas e serviços	28	**-**	-	**(2.079.384)**	(1.820.355)
Lucro bruto		**-**	-	**722.069**	718.142
Despesas com vendas	28	**-**	-	**(176.569)**	(187.000)
Despesas administrativas	28	**(748)**	(606)	**(71.032)**	(65.278)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	28	**175**	(367)	**58.665**	(6.597)
Resultado de equivalência patrimonial	16	**34.185**	103.866	**(335)**	304
		33.612	102.893	**(189.271)**	(258.571)
Lucro antes do resultado financeiro e imposto de renda e contribuição social		**33.612**	102.893	**532.798**	459.571
Despesas financeiras	29	**(9)**	(8)	**(587.769)**	(458.546)
Receitas financeiras	29	**369**	611	**142.261**	126.573
Resultado financeiro		**360**	603	**(445.508)**	(331.973)
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social		**33.972**	103.496	**87.290**	127.598
Imposto de renda e contribuição social corrente	26	**(4)**	-	**(48.805)**	(35.731)
Imposto de renda e contribuição social diferido	26	**-**	-	**(4.517)**	11.629
		(4)	-	**(53.322)**	(24.102)
Lucro líquido do exercício		**33.968**	103.496	**33.968**	103.496
Lucro líquido básico e diluído por ação (em reais)	30	**0,0270**	0,0822	**0,0270**	0,0822

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Companhia Mineira de Açúcar e Álcool Participações

Demonstrações dos resultados abrangentes
Exercícios findos em 31 de março de 2025 e 31 de março de 2024
(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2025	**2024**	**2025**	**2024**
Lucro líquido do exercício	**33.968**	103.496	**33.968**	103.496
Outros resultados abrangentes a serem reclassificados para o resultado em exercícios subsequentes:				
Ganhos líquidos de hedge de fluxo de caixa – futuro	**-**	-	**(10.074)**	180.186
Efeitos fiscais sobre ganhos de hedge futuro	**-**	-	**3.425**	(61.263)
Equivalência patrimonial decorrente dos efeitos nas controladas	**(6.649)**	118.923	**-**	-
Resultado abrangente total	**27.319**	222.419	**27.319**	222.419

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Companhia Mineira de Açúcar e Álcool Participações

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de março de 2025 e 31 de março de 2024
(Em milhares de reais)

			Reserva de lucros				
	Capital social	**Reserva de capital**	**Reserva legal**	**Reserva de incentivos fiscais**	**Ajuste de avaliação patrimonial**	**Lucros acumulados**	**Total patrimônio líquido**
Saldo em 1º de abril de 2023	503.892	4.164	22.494	187.797	(122.586)	-	595.761
Ganhos líquidos de hedge de fluxo de caixa	-	-	-	-	118.923	-	118.923
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	103.496	103.496
Constituição de reserva legal	-	-	5.175	-	-	(5.175)	-
Constituição de reserva de incentivos fiscais	-	-	-	98.321	-	(98.321)	-
Distribuição de dividendos	-	-	-	(60.000)	-	-	(60.000)
Saldos em 31 de março de 2024	503.892	4.164	27.669	226.118	(3.663)	-	758.180
Saldo em 1º de abril de 2024	**503.892**	**4.164**	**27.669**	**226.118**	**(3.663)**	**-**	**758.180**
Ganhos líquidos de hedge de fluxo de caixa	**-**	**-**	**-**	**-**	**(6.649)**	**-**	**(6.649)**
Lucro líquido do exercício	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**33.968**	**33.968**
Constituição de reserva legal	**-**	**-**	**1.698**	**-**	**-**	**(1.698)**	**-**
Constituição de reserva de incentivos fiscais	**-**	**-**	**-**	**32.270**	**-**	**(32.270)**	**-**
Distribuição de dividendos	**-**	**-**	**-**	**(80.000)**	**-**	**-**	**(80.000)**
Saldos em 31 de março de 2025	**503.892**	**4.164**	**29.367**	**178.388**	**(10.312)**	**-**	**705.499**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Companhia Mineira de Açúcar e Álcool Participações

Demonstrações dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de março de 2025 e 31 de março de 2024
(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2025	**2024**	**2025**	**2024**
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	**33.972**	103.496	**87.290**	127.598
Ajustes para conciliar o resultado:				
Juros sobre arrendamentos	**-**	-	**125.873**	104.296
Variação do valor justo dos ativos biológicos	**-**	-	**21.940**	3.380
Depreciação e amortização	**-**	-	**817.510**	760.378
Resultado de equivalência patrimonial	**(34.185)**	(103.866)	**335**	(304)
Resultado na alienação de ativo imobilizado	**-**	-	**281**	2.614
Juros sobre empréstimos e financiamentos	**-**	-	**232.751**	195.106
Apropriação de custos de transação	**-**	-	**31.277**	9.134
Juros e IOF de operações com partes relacionadas	**-**	-	**116**	6.500
Perdas (ganhos) não realizados com instrumentos financeiros derivativos	**-**	-	**(4.917)**	15.167
Provisão (reversão) de obsolescência	**-**	-	**(754)**	2.560
Provisão de ajuste ao valor realizável líquido estoques	**-**	-	**76**	-
Créditos de descarbonização - CBIOS	**-**	-	**16**	(16)
Provisão para demandas judiciais	**-**	-	**1.737**	946
Atualização de outros investimentos	**(176)**	-	**(274)**	(1.386)
Variação cambial e correção monetária de clientes	**-**	-	**(260)**	(438)
Baixa dos contratos de arrendamento e aluguéis	**-**	-	**(19.833)**	(377)
Provisão para obras de infraestrutura - Protocolo de Intenções	**-**	-	**11.090**	10.371
Crédito presumido sobre PIS e COFINS	**-**	-	**(38.193)**	-
Outros	**-**	-	**(292)**	-
	(389)	(370)	**1.265.769**	1.235.529
Redução (aumento) em contas a receber de clientes e outros recebíveis	**-**	-	**29.723**	(45.059)
Redução (aumento) em estoques	**-**	-	**1.637**	9.727
Redução (aumento) em impostos e contribuições a recuperar	**(43)**	(117)	**(21.476)**	15.160
Redução (aumento) em adiantamento a fornecedores e outros ativos	**38**	-	**8.052**	(21.658)
(Redução) aumento em fornecedores e outras contas a pagar	**(44)**	(90)	**86.008**	(36.441)
(Redução) aumento em provisões e encargos trabalhistas	**-**	-	**11.161**	(2.119)
(Redução) aumento em obrigações fiscais	**(5)**	(12)	**10.340**	(20.381)
(Redução) aumento em adiantamento de clientes		-	**(97.607)**	28.993
Outros ativos e outros passivos		-	**2.502**	1.157
Pagamento de demandas judiciais		-	**(5.759)**	(2.427)
Pagamento de imposto de renda e contribuição social	**(4)**	-	**(57.720)**	(18.798)
Caixa proveniente das (utilizado nas) atividades operacionais	**(447)**	(589)	**1.232.630**	1.143.683
Fluxo de caixa das atividades de investimentos				
Aporte de capial em investidas	**(2.485)**	(1.350)	**(1.000)**	(1.350)
Recebimento na venda de participação societária	**2**	-	**2**	-
Resgate de aplicações financeiras vinculadas	**-**	-	**167**	2.789
Formação do ativo biológico	**-**	-	**(256.549)**	(225.678)
Recebimento na venda de imobilizado	**-**	-	**13.092**	1.686
Aquisição de ativo imobilizado	**-**	-	**(865.855)**	(596.450)
Aquisição de ativo intangível	**-**	-	**(32.502)**	(17.579)
Recebimento de dividendos	**80.000**	60.000	**-**	-
Caixa proveniente das (utilizado nas) atividades de investimentos	**77.517**	58.650	**(1.142.645)**	(836.582)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos				
Captação de empréstimos e financiamentos líquido de custos de transação	**-**	-	**1.412.182**	296.522
Pagamento de principal de empréstimos e financiamentos	**-**	-	**(1.237.807)**	(220.934)
Pagamento de juros sobre empréstimos e financiamentos	**-**	-	**(158.314)**	(166.380)
(Pagamento) Recebimento de recursos com partes relacionadas	**-**	-	**(85.333)**	85.333
Pagamento dos arrendamentos e parcerias agrícolas líquido de recebimento	**-**	-	**(263.199)**	(243.690)
Pagamento de dividendos	**(80.000)**	(60.000)	**(80.000)**	(60.000)
Caixa utilizado nas atividades de financiamentos	**(80.000)**	(60.000)	**(412.471)**	(309.149)
Aumento (redução) líquida em caixa e equivalentes de caixa	**(2.930)**	(1.939)	**(322.486)**	(2.048)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	**4.598**	6.537	**792.507**	794.555
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	**1.668**	4.598	**470.021**	792.507

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

1. Contexto operacional

A Companhia Mineira de Açúcar e Álcool Participações ("Companhia", "Grupo" ou "Grupo CMAA") está localizada na Rodovia BR 050 (KM 116) - Área Rural de Uberaba, no Estado de Minas Gerais, é uma sociedade por ações que tem como objeto a participação em outras sociedades que produzam, comercializam e exportam açúcar, etanol, energia, CBIOs e outros derivados do processamento de cana-de-açúcar.

Os acionistas da Companhia aprovaram em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 16 de maio de 2023, a decisão de cancelar o registro da Companhia como emissora de valores mobiliários, categoria "B". Além disso, eles autorizaram a apresentação do pedido de Cancelamento de Registro à CVM, seguindo as diretrizes da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022. O cancelamento do registro foi deferido pela CVM por meio de ofício em 12 de junho de 2023.

A Companhia é controlada em conjunto, por meio da celebração de acordo de acionista entre, a Ifar Brazil Pte Ltd., JF Investimentos S.A, Marseille Fundo de Investimentos em Participações, e Rio Grande Investment PTE. LTD.

A Companhia é controladora das seguintes empresas:

- Vale do Tijuco Açúcar e Álcool S.A. ("Vale do Tijuco")
- Vale do Pontal Açúcar e Etanol S.A. ("Vale do Pontal")
- Canápolis Açúcar e Etanol S.A. ("Usina Canápolis")
- Francis Energia Ltda. ("Francis")

A controlada Vale do Tijuco teve suas operações iniciadas em 12 de abril de 2010. A planta industrial da Vale do Tijuco possui capacidade de moagem aproximada de 5 milhões de toneladas de cana-de-açúcar por ano, produzindo açúcar, etanol anidro, etanol hidratado e energia, bem como os subprodutos óleo fúsel e bagaço de cana.

A controlada Vale do Pontal teve suas operações iniciadas em 01 de julho de 2006 e passou a ser controlada pelo Grupo CMAA em 01 de julho de 2018. A planta industrial da Vale do Pontal possui capacidade de moagem aproximada para 2,7 milhões de toneladas de cana-de-açúcar por ano, produzindo açúcar, etanol anidro, etanol hidratado e energia, bem como os subprodutos óleo fúsel e bagaço de cana.

A controlada Usina Canápolis teve suas operações de moagem iniciadas em 15 de maio de 2020 e passou a fazer parte do Grupo CMAA por meio de uma de reorganização societária, a partir de 30 de setembro de 2020. Sua planta industrial possui capacidade de moagem aproximada de 2 milhões de toneladas de cana-de-açúcar por ano, produzindo açúcar, etanol anidro, etanol hidratado e energia, bem como os subprodutos óleo fúsel e bagaço de cana.

Em 24 de abril de 2023 a Companhia Mineira de Açúcar e Álcool Participações integralizou capital social na 2C Energia S.A. ("2C Energia") no valor de R$ 729, a qual possui como atividade principal a participação em outras sociedades, com o objetivo de desenvolver o setor de energia renovável. A 2C Energia encontra-se em fase pré-operacional. Em 24 de setembro de 2024, ocorreu a reorganização do quadro societário da 2C Energia. A Companhia vendeu parte de sua participação societária e houve o ingresso de novos acionistas, ocasionando a sua diluição, conforme divulgado na nota explicativa nº 2.

Em 04 de fevereiro de 2025 a Companhia Mineira de Açúcar e Álcool Participações firmou contrato de constituição da Francis Energia Ltda ("Francis"), a qual possui como atividade principal a participação em outras sociedades, com o objetivo de desenvolver o setor de geração de energia renovável. A Francis encontra-se em fase pré-operacional.

CBIOS - RenovaBio

Durante o exercício findo em 31 de março de 2025, foram comercializados 278.606 mil CBIOS, classificados na receita líquida. A comercialização destes títulos, após sua escrituração, ocorre principalmente com as distribuidoras de combustíveis, que possuem metas de aquisição estabelecidas pelo RenovaBio.

O RenovaBio é a Política Nacional de Biocombustíveis, instituída pela Lei nº 13.576/2017, sendo o principal objetivo o estabelecimento de metas nacionais anuais de descarbonização para o setor de combustíveis, de forma a incentivar o aumento da produção e da participação de biocombustíveis na matriz energética de transportes do país. Em 31 de março de 2025, a Companhia não possuía emitidos e não comercializados.

2. Entidades do Grupo

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas relativas aos exercícios findos em 31 de março de 2025 e 2024 abrangem a Companhia e suas controladas (conjuntamente referidas como "Grupo"), listadas a seguir:

		Percentual de participação	
Controladas	**País**	**2025**	**2024**
Vale do Tijuco Açúcar e Álcool S.A. (Vale do Tijuco)	Brasil	100%	100%
Vale do Pontal Açúcar e Etanol S.A (Vale do Pontal)	Brasil	100%	100%
Usina Canápolis Açúcar e Etanol S.A. (Canápolis)	Brasil	100%	100%
Francis Energia Ltda. (Francis)	Brasil	99%	-

		Percentual de participação	
Controlada em conjunto	**País**	**2025**	**2024**
2C Energia S.A. (2C Energia)	Brasil	6%	50%

3. Base de preparação

3.1. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas pela Administração da Companhia e estão sendo apresentadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem a legislação societária brasileira, orientações e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade.

A emissão das demonstrações financeiras da Companhia para o exercício findo em 31 de março de 2025 foi autorizada pela diretoria em 12 de junho de 2025.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

4. Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional do Grupo. Todas os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

5. Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis do Grupo e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revistas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material em exercícios futuros estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Notas explicativas nº 10 e 25 - realização do contas a receber e outros recebíveis;
- Nota explicativa nº 12 - provisão para obsolescência dos estoques e provisão de ajuste ao valor realizável líquido;
- Nota explicativa nº 17 - vida útil dos ativos imobilizados;
- Nota explicativa nº 18 - amortização do direito de uso;
- Nota explicativa nº 21 - taxa desconto para cálculo dos passivos de arrendamentos e parcerias agrícolas a pagar;
- Nota explicativa nº 23 - reconhecimento e mensuração de provisões para demandas judiciais: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos; e
- Nota explicativa nº 26 - reconhecimento de ativos fiscais diferidos: estimativa de lucro tributável futuro contra o qual prejuízos fiscais possam ser utilizados.

Mensuração do valor justo

Uma série de políticas e divulgações contábeis do Grupo requer a mensuração de valor justo, para os ativos e passivos financeiros e não financeiros.

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração. A mensuração do valor justo é baseada na presunção de que a transação para vender o ativo ou transferir o passivo ocorrerá:

- No mercado principal para o ativo ou passivo; e
- Na ausência de um mercado principal, no mercado mais vantajoso para o ativo ou passivo. O mercado principal ou mais vantajoso deve ser acessível pelo Grupo.

O Grupo utiliza técnicas de avaliação que são apropriadas nas circunstâncias e para as quais haja dados suficientes disponíveis para mensurar o valor justo, maximizando o uso de dados observáveis relevantes e minimizando o uso de dados não observáveis.

Todos os ativos e passivos para os quais o valor justo seja mensurado ou divulgado nas demonstrações financeiras são categorizados dentro da hierarquia de valor justo descrita a seguir, com base na informação de nível mais baixo que seja significativa à mensuração do valor justo como um todo:

- Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos.
- Nível 2: inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).

- Nível 3: inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

Para ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras ao valor justo de forma recorrente, o Grupo determina se ocorreram transferências entre níveis da hierarquia, reavaliando a categorização (com base na informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo como um todo) no fim de cada exercício de divulgação.

Para fins de divulgações do valor justo, o Grupo determinou classes de ativos e passivos com base na natureza, características e riscos do ativo ou passivo e o nível da hierarquia do valor justo, conforme acima explicado. As correspondentes divulgações ao valor justo de instrumentos financeiros e ativos não financeiros mensurados ao valor justo ou no momento da divulgação dos valores justos são resumidas nas respectivas notas:

- Nota explicativa nº 13 - Ativos biológicos; e
- Nota explicativa nº 25 - Instrumentos financeiros.

6. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais:

- Os instrumentos financeiros derivativos são mensurados pelo valor justo;
- Os instrumentos financeiros não derivativos designados pelo valor justo por meio do resultado são mensurados pelo valor justo; e
- Os ativos biológicos são mensurados pelo valor justo deduzidos do custo das vendas.

7. Políticas contábeis materiais

O Grupo aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras.

a) Base de consolidação

i) *Controladas*

O Grupo controla uma entidade quando está exposto a, ou tem direitos sobre, retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos por meio de seu poder sobre a entidade. As demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o Grupo obtiver o controle até a data em que o controle deixa de existir.

Nas demonstrações financeiras individuais da Controladora, as informações financeiras de controladas são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial.

ii) *Transações eliminadas na consolidação*

Saldos e transações intra-grupo, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações intra-grupo, são eliminados na consolidação. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação do Grupo na investida. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira de que os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

b) Receita

i) *Venda de produtos*

A receita é reconhecida quando a Companhia cumpre suas obrigações contratuais junto ao cliente, e quando for provável que a Companhia receberá a contraprestação a qual tem direito pela troca dos bens ou serviços. Para os produtos vendidos pela Companhia as obrigações de desempenho são concluídas no momento da entrega do produto final, sendo este também o momento de reconhecimento da receita. A receita é medida líquida de devoluções e descontos comerciais.

O momento do cumprimento da obrigação de desempenho varia dependendo das condições individuais de cada contrato de venda. Para as vendas de açúcar e etanol no mercado interno, a transferência normalmente ocorre quando o produto é entregue no estabelecimento do cliente ou quando é retirado pelo cliente nas dependências do Grupo. No caso das vendas no mercado externo a transferência ocorre mediante o carregamento das mercadorias no transportador pertinente no porto do vendedor uma vez que os fretes marítimos se dão na modalidade *free on board* (FOB).

ii) *Venda de energia elétrica*

A receita proveniente da venda da geração de energia elétrica é registrada com base na energia assegurada e com tarifas especificadas nos termos dos contratos de fornecimento ou no preço do mercado em vigor, conforme o caso. A receita é reconhecida no momento em que a energia é disponibilizada na rede.

Conforme mencionado na nota explicativa nº 27 o Grupo possui contrato futuro para comercialização de energia elétrica.

iii) *Venda de CBIOs*

A receita proveniente da venda de créditos de descarbonização ("CBIO") é registrada com base no valor negociado dos títulos junto aos compradores, principalmente distribuidoras de combustíveis, e é reconhecida no momento da transferência dos títulos para os compradores.

c) Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas e despesas financeiras do Grupo compreendem:

- Ganhos/perdas com instrumentos financeiros derivativos;
- Ganhos/perdas líquidos de variação cambial sobre ativos e passivos financeiros;
- Despesas com juros sobre arrendamentos, empréstimos e financiamentos; e
- Outras receitas e despesas financeiras.

As receitas e as despesas financeiras de juros são reconhecidas no resultado através do método dos juros efetivos.

d) Moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional do Grupo pelas taxas de câmbio nas datas das transações.

Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data do balanço são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio naquela data. Itens não monetários que são mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio na data da transação. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da conversão são geralmente reconhecidas no resultado.

e) Imposto de renda e contribuição social

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

i) *Imposto de renda e contribuição social corrente*

O imposto corrente é o imposto a pagar calculado sobre o lucro tributável do exercício. O montante dos impostos correntes a pagar é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos vigentes na data do balanço.

ii) *Imposto de renda e contribuição social diferido*

Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação.

Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando estas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas vigentes na data do balanço.

f) Subvenções

Subvenções governamentais consistem em contribuições ou benefícios econômicos, normalmente de natureza pecuniária, diretamente concedidos pelo Governo (federal, estadual ou municipal) em favor de uma entidade, condicionados ou não ao cumprimento de certas obrigações. Apesar de as subvenções governamentais poderem ser feitas através da doação de recursos ou bens, normalmente elas são realizadas mediante o estabelecimento de tratamentos tributários favoráveis, consistentes na isenção ou redução de tributos, ou ainda outros mecanismos como crédito presumido, diferimento dentre outros.

O Grupo possui benefícios e incentivos fiscais oriundos do crédito presumido sobre ICMS e de diferimento do respectivo imposto na comercialização de etanol, o que ocasiona o registro da dedução ou redução de impostos, em conta de resultado como receita, com sua posterior exclusão na apuração do lucro real, mediante a destinação da respectiva parcela deduzida em reserva específica no patrimônio líquido, não passível de distribuição aos acionistas. A partir de janeiro de 2024, em decorrência dos efeitos da Lei 14.789/23, o grupo deixou de realizar a exclusão dos respectivos incentivos fiscais na apuração do lucro real.

g) Ativos biológicos

Os ativos biológicos correspondem aos produtos agrícolas em desenvolvimento (cana em pé) produzidos nas lavouras de cana-de-açúcar (planta portadora), que serão utilizadas como matéria-prima na produção de açúcar e etanol no momento da sua colheita.

Esses ativos são mensurados pelo valor justo na data de cada balanço patrimonial, sendo quaisquer alterações de valor justo entre os exercícios reconhecidas no resultado.

O valor justo foi determinado utilizando-se a metodologia de fluxo de caixa descontado, considerando as seguintes premissas:

(i) Entradas de caixa obtidas pela multiplicação da (i) produção estimada, medida em quilos de ATR (Açúcar Total Recuperável), e do (ii) preço de mercado futuro da cana-de-açúcar, o qual é estimado com base em dados públicos e estimativas de preços futuros do açúcar e do etanol; e

(ii) Saídas de caixa representadas pela estimativa de (i) custos necessários para que ocorra a transformação biológica da cana-de-açúcar (tratos culturais) até a colheita; (ii) custos com a colheita/Corte, Carregamento e Transporte - CCT; (iii) custo de capital (terras e máquinas e equipamentos); (iv) custos de arrendamento e parceria agrícola; e (v) impostos incidentes sobre o fluxo de caixa positivo.

h) Estoques

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo histórico e o valor realizável líquido. Os custos dos estoques são avaliados ao custo médio de aquisição ou de produção e inclui gastos incorridos na aquisição de estoques, custos de produção e transformação e outros custos incorridos em trazê-los às suas localizações e condições existentes. O valor realizável líquido é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados de conclusão e despesas de vendas.

i) Imobilizado

i) *Reconhecimento e mensuração*

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável *(impairment)*.

Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado. Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado.

ii) *Custos subsequentes*

Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pelo Grupo. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são reconhecidos no resultado quando incorridos.

iii) *Custos de manutenção*

O custo de manutenção de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir e que o seu custo pode ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido reposto por outro é baixado. Os custos de manutenção no dia a dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

As controladas realizam anualmente manutenções em sua unidade industrial, aproximadamente no período de dezembro a março. Os principais custos de manutenção incluem custos de mão de obra, materiais, serviços externos e despesas gerais indiretas alocadas durante o período de entressafra. Tais custos são contabilizados como um componente do custo do equipamento e depreciados durante a safra seguinte. Qualquer outro tipo de gasto, que não aumente sua vida útil ou mantenha sua capacidade de moagem, é reconhecido no resultado como despesa.

iv) *Depreciação*

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é reconhecida no resultado e no custo de produção. Terrenos não são depreciados.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

As vidas úteis estimadas bem como as taxas médias ponderadas anual, para os exercícios findos em 31 de março de 2025, e 2024 são as seguintes:

	Consolidado	
	Anos	**Taxas médias**
Equipamentos industriais	13	7,69%
Construções e edificações	20	5,00%
Pavimentação	7	14,29%
Veículos	5	20,00%
Equipamentos agrícolas	5	20,00%
Máquinas, equipamentos e ferramentas	7	14,29%
Móveis e utensílios	8	12,50%
Computadores e periféricos	4	25,00%
Gastos manutenção entressafra	1	100,00%
Cultura permanente	5	20,00%
Outros	6	16,67%

j) Instrumentos financeiros

i) *Ativos financeiros*

Reconhecimento inicial e mensuração

Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial e subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado.

A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios do Grupo para a gestão destes ativos financeiros. Com exceção das contas a receber de clientes e outros recebíveis que não contenham um componente de financiamento significativo ou para as quais o Grupo tenha aplicado o expediente prático, o Grupo inicialmente mensura um ativo financeiro ao seu valor justo acrescido dos custos de transação, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado. As contas a receber de clientes que não contenham um componente de financiamento significativo ou para as quais o Grupo tenha aplicado o expediente prático são mensuradas pelo preço de transação determinado de acordo com o CPC 47.

Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, ele precisa gerar fluxos de caixa que sejam "exclusivamente pagamentos de principal e de juros" (também referido como teste de "SPPI") sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada em nível de instrumento.

O modelo de negócios do Grupo para administrar ativos financeiros se refere a como ele gerencia seus ativos financeiros para gerar fluxos de caixa. O modelo de negócios determina se os fluxos de caixa resultarão da cobrança de fluxos de caixa contratuais, da venda dos ativos financeiros ou de ambos.

As compras ou vendas de ativos financeiros que exigem a entrega de ativos dentro de um prazo estabelecido por regulamento ou convenção no mercado (negociações regulares) são reconhecidas na data da negociação, ou seja, a data em que o Grupo se compromete a comprar ou vender o ativo.

Mensuração subsequente

Para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros são classificados em quatro categorias:

- Ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida).
- Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes com reclassificação de ganhos e perdas acumulados (instrumentos de dívida).
- Ativos financeiros designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, sem reclassificação de ganhos e perdas acumulados no momento de seu desreconhecimento (instrumentos patrimoniais).
- Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

Ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida)

Esta categoria é a mais relevante para o Grupo. O Grupo mensura os ativos financeiros ao custo amortizado se ambas as seguintes condições forem atendidas:

- O ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais.
- Os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável.

Os ativos financeiros do Grupo ao custo amortizado incluem contas a receber de clientes, adiantamentos a fornecedores e partes relacionadas.

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado compreendem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a ser obrigatoriamente mensurados ao valor justo. Ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda ou recompra no curto prazo. Derivativos, inclusive derivativos embutidos separados, também são classificados como mantidos para negociação, a menos que sejam designados como instrumentos de hedge eficazes. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos do principal e juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado, independentemente do modelo de negócios. Não obstante os critérios para os instrumentos de dívida ser classificados pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, conforme descrito acima, os instrumentos de dívida podem ser designados pelo valor justo por meio do resultado no reconhecimento inicial se isso eliminar, ou reduzir significativamente, um descasamento contábil.

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial pelo valor justo, com as variações líquidas do valor justo reconhecidas na demonstração do resultado.

Desreconhecimento

Um ativo financeiro (ou, quando aplicável, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é desreconhecido quando:

- Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expiraram.
- O Grupo transferiu seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos sem atraso significativo a um terceiro nos termos de um contrato de repasse e (a) o Grupo transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) o Grupo nem transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas transferiu o controle do ativo.

Quando o Grupo transfere seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo ou celebra um acordo de repasse, ele avalia se, e em que medida, reteve os riscos e benefícios da propriedade. Quando não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, nem transferiu o controle do ativo, a Companhia continua a reconhecer o ativo transferido na medida de seu envolvimento continuado. Neste caso, o Grupo também reconhece um passivo associado. O ativo transferido e o passivo associado são mensurados em uma base que reflita os direitos e as obrigações retidos pelo Grupo. O envolvimento contínuo sob a forma de garantia sobre o ativo transferido é mensurado pelo menor valor entre: (i) o valor do ativo e (ii) o valor máximo da contraprestação recebida que a entidade pode ser obrigada a restituir (valor da garantia).

Redução ao valor recuperável de ativos financeiros

O Grupo reconhece uma provisão para perdas de crédito esperadas para todos os instrumentos de dívida não detidos pelo valor justo por meio do resultado. As perdas de crédito esperadas baseiam-se na diferença entre os fluxos de caixa contratuais devidos de acordo com o contrato e todos os fluxos de caixa que o Grupo espera receber, descontados a uma taxa de juros efetiva que se aproxime da taxa original da transação. Os fluxos de caixa esperados incluirão fluxos de caixa da venda de garantias detidas ou outras melhorias de crédito que sejam integrantes dos termos contratuais.

As perdas de crédito esperadas são reconhecidas em duas etapas. Para as exposições de crédito para as quais não houve aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, as perdas de crédito esperadas são provisionadas para perdas de crédito resultantes de eventos de inadimplência possíveis nos próximos 12 meses (perda de crédito esperada de 12 meses). Para as exposições de crédito para as quais houve um aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, é necessária uma provisão para perdas de crédito esperadas durante a vida remanescente da exposição, independentemente do momento da inadimplência (uma perda de crédito esperada vitalícia).

Para contas a receber de clientes e ativos de contrato, o Grupo aplica uma abordagem simplificada no cálculo das perdas de crédito esperadas. Portanto, acompanham as alterações no risco de crédito e reconhecem uma provisão para perdas com base em perdas de crédito esperadas em cada data-base.

O Grupo considera um ativo financeiro em situação de inadimplemento quando os pagamentos contratuais estão vencidos há 180 dias. No entanto, em certos casos, também podem considerar que um ativo financeiro está em inadimplemento quando informações internas ou externas indicam ser improvável receber integralmente os valores contratuais em aberto antes de levar em conta quaisquer melhorias de crédito mantidas pelo Grupo. Um ativo financeiro é baixado quando não há expectativa razoável de recuperação dos fluxos de caixa contratuais.

ii) *Passivos financeiros*

Reconhecimento inicial e mensuração

Os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado, passivos financeiros ao custo amortizado, ou como derivativos designados como instrumentos de hedge em um hedge efetivo, conforme apropriado.

Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro.

Os passivos financeiros do Grupo incluem fornecedores e outras contas a pagar, empréstimos e financiamentos, adiantamentos de clientes, arrendamentos a pagar e instrumentos financeiros derivativos.

Mensuração subsequente

A mensuração de passivos financeiros depende de sua classificação, conforme descrito abaixo:

Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado.

Passivos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem incorridos para fins de recompra no curto prazo. Esta categoria também inclui instrumentos financeiros derivativos contratados pelo Grupo que não são designados como instrumentos de hedge nas relações de hedge definidas pelo CPC 48.

Ganhos ou perdas em passivos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado.

Os passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado são designados na data inicial de reconhecimento, e somente se os critérios do CPC 48 forem atendidos.

O Grupo não designou nenhum passivo financeiro ao valor justo por meio do resultado, exceto pelos instrumentos financeiros derivativos que não foram designados como instrumentos de hedge.

Passivos financeiros ao custo amortizado

Após o reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos contraídos e concedidos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pela amortização da taxa de juros efetiva.

O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer deságio ou ágio na aquisição e taxas ou custos que são parte integrante do método da taxa de juros efetiva. A amortização pelo método da taxa de juros efetiva é incluída como despesa financeira na demonstração do resultado.

Essa categoria geralmente se aplica a fornecedores e outras contas a pagar, arrendamentos e parcerias agrícolas a pagar, e empréstimos e financiamentos sujeitos a juros.

Desreconhecimento

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sob o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado.

Compensação de instrumentos financeiros

Os ativos financeiros e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial consolidado se houver um direito legal atualmente aplicável de compensação dos valores reconhecidos e se houver a intenção de liquidar em bases líquidas, realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente.

iii) *Instrumentos financeiros derivativos, incluindo contabilidade de hedge*

O Grupo mantém instrumentos financeiros derivativos para proteger suas exposições aos riscos de variação de moeda estrangeira e taxa de juros.

O Grupo utiliza instrumentos financeiros derivativos, como contratos de câmbio futuros, swaps de taxa de juros e contratos a termo de commodities, para proteger--se contra seus riscos de taxa de câmbio, riscos de taxa de juros e riscos de preço de commodities, respectivamente. Esses instrumentos financeiros derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo na data em que um contrato de derivativo é celebrado e são, subsequentemente, remensurados ao valor justo. Derivativos são registrados como ativos financeiros quando o valor justo é positivo e como passivos financeiros quando o valor justo é negativo.

No momento da designação inicial do derivativo como um instrumento de *hedge*, o Grupo documenta formalmente o relacionamento entre os instrumentos de *hedge* e os itens objeto de *hedge*, incluindo os objetivos de gerenciamento de riscos e a estratégia na realização da transação de *hedge* e o risco objeto do *hedge*, juntamente com os métodos que serão utilizados para avaliar a efetividade do *hedge*. Para um *hedge* de fluxos de caixa de uma transação prevista, a transação deve ter a sua ocorrência como altamente provável e deve apresentar uma exposição a variações nos fluxos de caixa que no final poderiam afetar o resultado reportado. Derivativos são mensurados inicialmente pelo valor justo; quaisquer custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado quando incorridos. Após o reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo e as variações no valor justo são registradas no resultado.

Hedges de fluxos de caixa

Quando um derivativo é designado como um instrumento de *hedge* para proteção da variabilidade dos fluxos de caixa, a porção efetiva das variações no valor justo do derivativo é reconhecida em outros resultados abrangentes e apresentada na conta de ajustes de avaliação patrimonial no patrimônio líquido. Qualquer porção não efetiva das variações no valor justo do derivativo é reconhecida imediatamente no resultado. O valor acumulado mantido em ajustes de avaliação patrimonial é reclassificado para o resultado no mesmo período em que o item objeto de *hedge* afeta o resultado. Caso (i) a ocorrência da transação prevista não seja mais esperada, (ii) o *hedge* deixe de atender os critérios de contabilização de *hedge*, (iii) o instrumento de *hedge* expire ou seja vendido, encerrado ou exercido, ou tenha a sua designação revogada, a contabilidade de *hedge* é descontinuada prospectivamente. Se não houver mais expectativas quanto à ocorrência da transação prevista, o saldo em outros resultados abrangentes é reclassificado para resultado.

k) Redução ao valor recuperável (*impairment*)

i) *Ativos não financeiros*

Os valores contábeis dos ativos não financeiros do Grupo são revistos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado.

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre seus valores em uso ou seu valor justo deduzidos dos custos para venda. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados ao seu valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado e revertidas somente na extensão em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

A Administração do Grupo não identificou qualquer evidência que justificasse a necessidade de provisão para recuperabilidade em 31 de março de 2025 e 2024.

l) Provisões

As provisões são determinadas por meio do desconto dos fluxos de caixa futuros estimados a uma taxa antes de impostos que reflita as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo relacionado. Os efeitos do desreconhecimento do desconto pela passagem do tempo são reconhecidos no resultado como despesa financeira.

m) Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da Administração.

n) Resultado por ação básico e diluído

O resultado por ação básico é calculado dividindo-se o lucro líquido do exercício atribuído aos acionistas do Grupo pela média ponderada da quantidade de ações do capital social integralizado no respectivo exercício. O Grupo não possui instrumentos que poderiam potencialmente diluir o resultado por ação.

o) Segmento operacional

A Administração do Grupo elabora os seus relatórios sobre as demonstrações financeiras na mesma base que estas informações são divulgadas, pois estas demonstrações financeiras são aquelas regularmente revistas pelo principal gestor do Grupo para tomada de decisões sobre alocações de recursos. Portanto a Administração tem um único segmento operacional.

p) Pronunciamentos novos ou revisados aplicáveis às demonstrações financeiras

O Grupo aplicou pela primeira vez certas normas e alterações, que são válidas para períodos anuais iniciados em, ou após, 1° de abril de 2024 (exceto quando indicado de outra forma). O Grupo decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não estejam vigentes.

Acordos de financiamento de fornecedores - Alterações ao IAS 7 e IFRS 7

As alterações à IAS 7 (equivalente ao CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa) e à IFRS 7 (equivalente ao CPC 40 (R1) - Instrumentos Financeiros: Divulgações) esclarecem as características dos acordos de financiamento de fornecedores e exigem divulgação adicional de tais acordos. Os requisitos de divulgação nas alterações visam auxiliar os usuários das demonstrações financeiras a compreenderem os efeitos dos acordos de financiamento de fornecedores sobre os passivos, fluxos de caixa e exposição ao risco de liquidez de uma entidade.

A Companhia não teve impactos materiais em função das alterações em questão.

q) Normas emitidas, mas ainda não vigentes

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor.

IFRS 18: Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras

Em abril de 2024, o IASB emitiu o IFRS 18, que substitui o IAS 1 (equivalente ao CPC 26 (R1) - Apresentação de Demonstrações Financeiras. O IFRS 18 introduz novos requisitos para apresentação dentro da demonstração do resultado do exercício, incluindo totais e subtotais especificados. Além disso, as entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas dentro da demonstração do resultado do exercício em uma das cinco categorias: operacional, investimento, financiamento, impostos de renda e operações descontinuadas, das quais as três primeiras são novas.

A norma também exige a divulgação de medidas de desempenho definidas pela administração, subtotais de receitas e despesas, e inclui novos requisitos para a agregação e desagregação de informações financeiras com base nas "funções" identificadas das demonstrações financeiras primárias (primary financial statements (PFS)) e das notas explicativas.

Além disso, alterações de escopo restrito foram feitas ao IAS 7 (equivalente ao CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa), que incluem a alteração do ponto de partida para determinar os fluxos de caixa das operações pelo método indireto, de "lucro ou prejuízo do período" para "lucro ou prejuízo operacional" e a remoção da opcionalidade à classificação dos fluxos de caixa de dividendos e juros. Além disso, há alterações consequentes em vários outros padrões.

O IFRS 18 e as alterações nas outras normas só entrarão em vigor para períodos de relatórios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, com a aplicação antecipada permitida e devendo ser divulgada, embora no Brasil a adoção antecipada não seja permitida. O IFRS 18 será aplicado retrospectivamente.

A Companhia está atualmente trabalhando para identificar todos os impactos que as alterações terão nas demonstrações financeiras primárias e notas explicativas às demonstrações financeiras.

IFRS 19: Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações

Em maio de 2024, o IASB emitiu o IFRS 19, que permite que entidades elegíveis optem por aplicar seus requisitos de divulgação reduzidos enquanto ainda aplicam os requisitos de reconhecimento, mensuração e apresentação em outros padrões contábeis IFRS. Para ser elegível, no final do período de relatório, uma entidade deve ser uma controlada conforme definido no IFRS 10 (CPC 36 (R3) - Demonstrações Consolidadas), não pode ter responsabilidade pública e deve ter uma controladora (final ou intermediária) que prepare demonstrações financeiras consolidadas, disponíveis para uso público, que estejam em conformidade com os padrões contábeis IFRS.

O IFRS 19 entrará em vigor para períodos de relatório iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, com aplicação antecipada permitida.

A Companhia não espera impactos da alteração em suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Alterações ao CPC 18 (R3) - Investimento em Coligada, Em Controlada e Empreendimento Controlado Em Conjunto e a ICPC 09 - Demonstrações Financeiras Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método da Equivalência Patrimonial

Em setembro de 2024, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu alterações ao Pronunciamento Técnico CPC 18 (R3) e à Interpretação Técnica ICPC 09 (R3), com o objetivo de alinhar as normativas contábeis brasileiras com os padrões internacionais emitidos pelo IASB.

A atualização do Pronunciamento Técnico CPC 18 contempla a aplicação do método da equivalência patrimonial (MEP) para a mensuração de investimentos em controladas nas Demonstrações Financeiras Individuais, refletindo a alteração nas normas internacionais que agora permitem essa prática nas Demonstrações Financeiras Separadas. Essa convergência harmoniza as práticas contábeis adotadas no Brasil com as internacionais, sem gerar impactos materiais em relação à norma atualmente vigente, concentrando-se apenas em ajustes de redação e na atualização das referências normativas.

A ICPC 09, por sua vez, não tem correspondência direta com normas do IASB e por consequência estava desatualizada, exigindo alterações para alinhar sua redação a fim de ajustá-lo a atualizações posteriores a sua emissão e atualmente observadas nos documentos emitidos pelo CPC.

As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2025.

A Companhia não espera impactos da alteração em suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Alterações ao CPC 02 (R2) - Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Financeiras e CPC 37 (R1) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade

Em setembro de 2024, O Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), emitiu a Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 27, que contempla alterações trazidas pelo Lack of Exchangeability emitido pelo IASB, com alterações no Pronunciamento Técnico CPC 02 (R2) - Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Financeiras e no CPC 37 (R1) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade.

As alterações buscam definir o conceito de moeda conversível e orientam sobre os procedimentos para moedas não conversíveis, determinando que a conversibilidade deve ser avaliada na data de mensuração com base no propósito da transação. Caso a moeda não seja conversível, a entidade deve estimar a taxa de câmbio que reflita as condições de mercado. Em situações com múltiplas taxas, deve-se utilizar a que melhor represente a liquidação dos fluxos de caixa.

O pronunciamento também destaca a importância das divulgações sobre moedas não conversíveis, para que os usuários das demonstrações financeiras compreendam os impactos financeiros, riscos envolvidos e critérios utilizados na estimativa da taxa de câmbio.

As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras que se iniciam em ou após 1º de abril de 2025.

A Companhia não espera impactos da alteração em suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

8. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2025	**31/03/2024**	**31/03/2025**	**31/03/2024**
Caixa e bancos	**31**	73	**2.225**	15.219
Equivalentes de caixa	**1.637**	4.525	**467.796**	777.288
Total	**1.668**	4.598	**470.021**	792.507

As aplicações financeiras classificadas como equivalentes de caixa são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

Em 31 de março de 2025, essas aplicações referem-se a Certificados de Depósito Bancário - CDB, que são depositados em bancos de primeira linha, cuja taxa de remuneração varia entre 100 % e 105% (100% a 105% em março de 2024) da variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI. Elas não possuem data de vencimento, podendo ser resgatadas para fazer frente às necessidades imediatas de caixa da Companhia e de suas controladas.

As informações sobre a exposição do Grupo a riscos de mercado, de crédito e de mensuração do valor justo relacionados a caixa e equivalentes de caixa estão incluídas na nota explicativa nº 25.

9. Aplicações financeiras

	Consolidado	
	31/03/2025	**31/03/2024**
Aplicações financeiras	**-**	167
Total	**-**	167

A Companhia e suas controladas não possuem aplicações financeiras em 31 de março de 2025, as posições mantidas em março 2024 se referem a saldos vinculados a operações de financiamentos, cuja taxa de remuneração está indexada entre 100% e 101% da variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI. Elas não possuem data de vencimento, sendo resgatáveis a qualquer momento frente as necessidades de caixa do Grupo.

As informações sobre a exposição do Grupo a riscos de mercado, de crédito e de mensuração do valor justo relacionados a aplicações financeiras estão incluídas na nota explicativa nº 25.

10. Contas a receber de clientes e outros recebíveis

	Consolidado	
	31/03/2025	**31/03/2024**
Decorrentes da venda de etanol	**21.798**	8.072
Decorrentes da venda de energia	**4.957**	15.092
Decorrentes da venda de açúcar	**7.675**	43.476
Outros (a)	**13.492**	7.094
Contas a receber de clientes	**47.922**	73.734
Outros (b)	**7.979**	11.629
Outros recebíveis	**7.979**	11.629
Total	**55.901**	85.363
Ativo circulante	**51.594**	76.218
Ativo não circulante	**4.307**	9.145

(a) Refere-se principalmente ao contas a receber proveniente da prestação de serviços de plantio e tratos de cana planta e revenda de insumos junto a fornecedores de cana e parceiros, em sua maioria com vencimento para curto prazo.
(b) Refere-se ao contas a receber pela venda da empresa Bacuri Agrícola Ltda. Em 27 de novembro de 2017, a Bacuri Agrícola Ltda. foi vendida pela sua controladora JFLIM Participações S.A. que repassou os direitos creditórios da referida transação para a Vale do Pontal, como título de liquidação de mútuos entre as partes. Este valor é corrigido anualmente pelo IPCA até o seu vencimento final em 2026 e está registrado a valor presente com a taxa anual de 3,42%.

As informações sobre a exposição do Grupo a riscos de crédito, de mercado, mensuração do valor justo e perdas por redução ao valor recuperável relacionados ao contas a receber de clientes e outros recebíveis está divulgada na nota explicativa nº 25.

11. Arrendamentos a receber

	Consolidado	
	31/03/2025	**31/03/2024**
Arrendamentos	**513.852**	429.022
Total	**513.852**	429.022
Ativo circulante	**88.836**	82.080
Ativo não circulante	**425.016**	346.942

A movimentação dos arrendamentos a receber está demonstrada abaixo:

	Consolidado	
	31/03/2025	**31/03/2024**
Saldo no início do exercício	**429.022**	491.881
Adições de novos contratos de arrendamentos	**56.490**	120.259
Juros	**49.461**	43.242
Transferência – direito de uso	**53.604**	8.133
Remensuração	**14.999**	(150.194)
Recebimentos	**(85.873)**	(83.584)
Baixas por distratos/alterações de contratos	**(3.851)**	(715)
Saldo no fim do exercício	**513.852**	429.022

O fluxo de contratos de longo prazo apresenta vencimentos nos respectivos exercícios:

Vencimento	**Consolidado**
01/04/2026 a 31/03/2027	**26.124**
01/04/2027 a 31/03/2028	**46.434**
01/04/2028 a 31/03/2029	**48.973**
01/04/2029 a 31/03/2030	**50.735**
01/04/2030 a 31/03/2031	**44.492**
01/04/2031 a 31/03/2032	**42.330**
01/04/2032 a 31/03/2033	**35.333**
01/04/2033 a 31/03/2034	**25.336**
01/04/2034 a 31/03/2035	**21.340**
31/03/2035 em diante	**83.919**
	425.016

12. Estoques

	Consolidado	
	31/03/2025	**31/03/2024**
Produto acabado		
Açúcar VHP	**1.038**	1.537
Etanol anidro	**10.674**	907
Etanol hidratado	**3.503**	3.067
Semi acabados	**1.850**	-
Provisão de ajuste ao valor realizável líquido	**(76)**	-
Almoxarifado		
Almoxarifado diversos (a)	**103.534**	92.497
Provisão para obsolescência	**(5.707)**	(6.461)
Estoques em poder de terceiros	**14.755**	4.590
Outros		
Créditos de descarbonização - CBIOS	**-**	16
Total	**129.571**	96.153

(a) Os valores mais representativos do almoxarifado referem-se a material de consumo e estoque de insumos e defensivos agrícolas a serem utilizados nas áreas de plantio.

Movimentação da provisão para obsolescência

A Companhia adota como critério a provisão de itens de almoxarifado que não apresentaram movimentação por um período superior a 365 dias. A movimentação da provisão para obsolescência está demonstrada abaixo:

	Consolidado	
	31/03/2025	**31/03/2024**
Saldo inicial	**(6.461)**	(3.901)
Adições	**(10.180)**	(4.754)
Reversões	**10.934**	2.194
Saldo final	**(5.707)**	(6.461)

13. Ativo biológico

A movimentação dos ativos biológicos (cana-de-açúcar) encontra-se detalhada a seguir:

	Consolidado	
	31/03/2025	**31/03/2024**
Custo histórico	**231.295**	211.430
Valor justo	**102.512**	105.892
Saldo inicial de ativos biológicos	**333.807**	**317.322**
Adições com tratos de cana	**267.146**	233.461
Absorção dos custos cana colhida	**(231.295)**	(213.596)
Valor justo líquido de despesas estimadas de venda	**(21.940)**	(3.380)
Saldo final de ativos biológicos	**347.718**	333.807
Custo histórico	**267.146**	231.295
Valor justo	**80.572**	102.512

Soqueira de cana-de-açúcar

As áreas cultivadas representam apenas as lavouras de cana-de-açúcar, sem considerar as terras em que estas lavouras se encontram. As seguintes premissas foram utilizadas na determinação do valor justo por meio do fluxo de caixa descontado:

	Consolidado	
	31/03/2025	**31/03/2024**
Área estimada de colheita (hectares)	72.536	62.642
Produtividade prevista (tons de cana/hectares)	81,79	89,03
Quantidade total de açúcar recuperável - ATR (kg)	141,25	139,94
Valor do Kg de ATR (R$)	1,29	1,24

A taxa de desconto utilizada no fluxo de caixa de cada exercício, denominada como "Custo Médio Ponderado de Capital", correspondeu a 8,24% ao ano (8,39% em 31 de março de 2024), a qual foi revisada e aprovada pela Administração da Companhia. O Grupo está exposto a uma série de riscos relacionados às suas plantações:

Riscos regulatórios e ambientais

O Grupo está sujeito a leis e regulamentos e estabeleceu políticas e procedimentos ambientais voltados ao cumprimento de leis ambientais e outras. A Administração conduz análises regulares para identificar riscos ambientais e para garantir que os sistemas em funcionamento sejam adequados para gerenciar esses riscos.

Riscos de oferta e demanda

O Grupo está exposto a riscos decorrentes da flutuação de preços e do volume de venda de suas plantações. Quando possível, o Grupo administra esse risco alinhando seu volume de extração com a oferta e demanda do mercado. A Administração realiza análises regulares da tendência da indústria para garantir que a estrutura de preço do Grupo esteja de acordo com o mercado, e para garantir que os volumes projetados de extração estejam consistentes com a demanda esperada.

Riscos climáticos e outras

As plantações do Grupo estão expostas aos riscos de danos causados por mudanças climáticas, doenças, incêndios florestais e outras forças naturais. O Grupo possuiu processos extensos em funcionamento voltados ao monitoramento e à redução desses riscos, incluindo inspeções regulares da saúde do canavial e análises de doenças e pragas da indústria. O Grupo também se assegura contra desastres naturais.

14. Impostos e contribuições a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2025	**31/03/2024**	**31/03/2025**	**31/03/2024**
COFINS a recuperar (a)	**-**	-	**85.358**	60.904
ICMS a recuperar - ativo imobilizado	**-**	-	**34.918**	19.018
IRPJ e CSLL a recuperar	**1**	-	**15.649**	17.089
PIS a recuperar (a)	**-**	-	**17.001**	14.464
IRRF sobre aplicações financeiras	**306**	264	**11.320**	2.387
ICMS a recuperar	**-**	-	**56.734**	48.906
Outros impostos a recuperar	**-**	-	**2.299**	842
Total	**307**	264	**223.279**	163.610
Ativo circulante	**307**	264	**130.438**	122.284
Ativo não circulante	**-**	-	**92.841**	41.326

(a) O incremento nas rubricas de PIS e COFINS a recuperar refere-se a créditos extemporâneos contabilizados no exercício corrente referente a aquisição de cana. A estratégia da Companhia é utilizar os créditos para pagamento de débitos de PIS e COFINS, pedido de ressarcimento e declaração de compensação cruzada com outros tributos administrados pela Receita Federal.

PIS e COFINS

O saldo é composto por créditos originados da cobrança não cumulativa do PIS e da COFINS, referentes às aquisições de partes de peças utilizadas na manutenção das instalações industriais e da frota agrícola, serviços de manutenção das instalações industrial e agrícola, fretes e armazenamento nas operações de vendas, energia elétrica, e outros créditos sobre aquisições de máquinas e equipamentos, edificações e construções destinadas à produção e aquisição de cana. Estes créditos poderão ser compensados com outros tributos federais e não possuem prazos de prescrição.

ICMS - aquisição de ativo imobilizado

O saldo é composto basicamente por créditos apurados nas operações de aquisição de bens integrantes do ativo imobilizado, que estão sendo realizados na razão de 1/48, podendo ser compensado com tributos da mesma natureza.

ICMS a recuperar

O saldo refere-se ao crédito presumido apurado sobre as vendas realizadas pela Companhia, em substituição ao crédito sobre as entradas na compra de insumos.

IRRF

Corresponde ao imposto de renda na fonte sobre aplicações financeiras e antecipações no recolhimento de imposto de renda e contribuição social realizáveis mediante a compensação com impostos e contribuições federais a pagar.

15. Adiantamento a fornecedores e outros ativos

	Consolidado	
	31/03/2025	**31/03/2024**
Adiantamento a fornecedores de cana	**18.691**	29.113
Adiantamento a fornecedores nacionais	**9.347**	4.580
Seguros a apropriar	**1.408**	4.292
Outros	**537**	50
Total	**29.983**	38.035
Ativo circulante	**29.681**	38.013
Ativo não circulante	**302**	22

16. Investimentos

Composição dos saldos	Controladora	
	31/03/2025	**31/03/2024**
Investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial		
Vale do Tijuco Açúcar e Álcool S.A.	**587.130**	595.508
Vale do Pontal Açúcar e Etanol S.A.	**27.096**	59.646
Canápolis Açúcar e Etanol S.A.	**94.318**	104.214
2C Energia S.A.	**(69)**	396
Francis Energia Ltda	**1.484**	-
Total	**709.959**	759.764
Outros investimentos mensurados a custo		
Outros investimentos mensurados a custo	**2**	2
Total	**709.961**	759.766

	Consolidado	
	31/03/2025	**31/03/2024**
Investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial		
CZ Energy Comercializadora de Etanol S.A.	**7.690**	6.386
2C Energia S.A.	**(69)**	396
Total	**7.621**	6.782
Outros investimentos		
Outros investimentos *	**7.462**	7.363
Total	**7.462**	7.363
	15.083	14.145

*Substancialmente composto por cotas em cooperativas.

Movimentação de investimentos em controladas	Controladora	
	31/03/2025	**31/03/2024**
Saldo inicial	**759.766**	595.627
Ajustes de avaliação patrimonial reflexos	**(6.649)**	118.923
Resultado de equivalência patrimonial	**34.185**	103.866
Dividendos recebidos	**(80.000)**	(60.000)
Aporte de capital 2C Energia	**1.000**	1.350
Aporte de capital Francis Energia	**1.485**	-
Venda de participação societária 2C Energia	**174**	-
Saldo final	**709.961**	759.766

	Consolidado	
	31/03/2025	**31/03/2024**
Saldo inicial	**14.145**	11.105
Resultado de equivalência patrimonial	**(335)**	304
Cotas de participação em cooperativas	**99**	1.386
Aporte de capital 2C Energia	**1.000**	1.350
Venda de participação societária 2C Energia	**174**	-
Saldo final	**15.083**	14.145

Informações das investidas - controladora

									Exercício findo em 31 de março de 2025			
	Participação %	Ativos circulantes	Ativos não circulantes	Total de ativos	Passivos circulantes	Passivos não circulantes	Patrimônio Líquido	Total de Passivo e patrimônio líquido	Receitas	Despesas	Lucro líquido (Prejuízo)	Equivalência patrimonial
31 de março de 2025												
Vale do Tijuco Açúcar e Álcool S.A.	**100,00%**	**794.315**	**2.087.200**	**2.881.515**	**553.618**	**1.740.767**	**587.130**	**2.881.515**	**1.727.781**	**(1.669.743)**	**58.038**	**58.038**
Vale do Pontal Açúcar e Etanol S.A.	**100,00%**	**312.695**	**1.387.106**	**1.699.801**	**273.329**	**1.399.376**	**27.096**	**1.699.801**	**807.904**	**(841.514)**	**(33.610)**	**(33.610)**
Canápolis Açúcar e Etanol S.A.	**100,00%**	**269.624**	**905.989**	**1.175.613**	**306.464**	**774.831**	**94.318**	**1.175.613**	**651.446**	**(640.050)**	**11.396**	**11.396**
2C Energia S.A.	**6,00%**	**2.570**	**77**	**2.647**	**3.804**	**-**	**(1.157)**	**2.647**	**77**	**(6.579)**	**(6.502)**	**(1.638)**
Francis Energia Ltda	**99,00%**	**1.157**	**455**	**1.612**	**113**	**-**	**1.499**	**1.612**	**-**	**(1)**	**(1)**	**(1)**
		1.380.361	**4.380.827**	**5.761.188**	**1.137.328**	**3.914.974**	**708.886**	**5.761.188**	**3.187.208**	**(3.157.887)**	**29.321**	**34.185**

									Exercício findo em 31 de março de 2024			
	Participação %	Ativos circulantes	Ativos não circulantes	Total de ativos	Passivos circulantes	Passivos não circulantes	Patrimônio Líquido	Total de Passivo e patrimônio líquido	Receitas	Despesas	Lucro líquido	Equivalência patrimonial
31 de março de 2024												
Vale do Tijuco Açúcar e Álcool S.A.	100,00%	894.222	2.141.035	3.035.257	645.009	1.794.740	595.508	3.035.257	1.450.304	(1.387.597)	62.707	62.707
Vale do Pontal Açúcar e Etanol S.A.	100,00%	430.528	981.477	1.412.005	341.699	1.010.660	59.646	1.412.005	772.465	(759.479)	12.986	12.986
Canápolis Açúcar e Etanol S.A.	100,00%	407.849	811.637	1.219.486	321.095	794.177	104.214	1.219.486	557.856	(528.729)	29.127	29.127
2C Energia S.A.	50,00%	975	20	995	14	190	791	995	12	(1.919)	(1.907)	(954)
		1.733.574	3.934.169	5.667.743	1.307.817	3.599.767	760.159	5.667.743	2.780.637	(2.677.724)	102.913	103.866

Informações das investidas - consolidado

									Exercício findo em 31 de março de 2025			
	Participação %	**Ativos circulantes**	**Ativos não circulantes**	**Total de ativos**	**Passivos circulantes**	**Passivos não circulantes**	**Patrimônio líquido**	**Total de Passivo e patrimônio líquido**	**Receitas**	**Despesas**	**Lucro líquido (Prejuízo)**	**Equivalência patrimonial**
31 de março de 2025												
CZ Energy S.A.	**51,00%**	**24.514**	**-**	**24.514**	**9.437**	**-**	**15.077**	**24.514**	**202.676**	**(200.120)**	**2.556**	**1.303**
2C Energia S.A.	**06,00%**	**2.570**	**77**	**2.647**	**3.804**	**-**	**(1.157)**	**2.647**	**77**	**(6.579)**	**(6.502)**	**(1.638)**
		27.084	**77**	**27.161**	**13.241**	**-**	**13.920**	**27.161**	**202.753**	**(206.699)**	**(3.946)**	**(335)**

									Exercício findo em 31 de março de 2024			
	Participação %	**Ativos circulantes**	**Ativos não circulantes**	**Total de ativos**	**Passivos circulantes**	**Passivos não circulantes**	**Patrimônio líquido**	**Total de Passivo e patrimônio líquido**	**Receitas**	**Despesas**	**Lucro líquido (Prejuízo)**	**Equivalência patrimonial**
31 de março de 2024												
CZ Energy S.A.	**51,00%**	142.597	7	142.604	130.083	-	12.521	142.604	20.693	(18.227)	2.466	1.258
2C Energia S.A.	**50,00%**	975	20	995	14	190	791	995	12	(1.919)	(1.907)	(954)
		143.572	27	143.599	130.097	190	13.312	143.599	20.705	(20.146)	559	304

17. Imobilizado

Consolidado custo:	Equipamentos industriais	Construções e edificações	Pavimentação	Veículos	Equipamentos agrícolas	Terras	Máquinas, equipamentos e ferramentas	Móveis e utensílios	Computadores e periféricos	Imobilizações em andamento	Gastos manutenção entressafra	Cultura permanente	Outros	Total
Saldo em 31/03/2023	663.336	268.028	81.297	22.503	134.857	3.302	92.029	6.110	12.601	82.916	744.926	858.367	9.138	2.979.410
Adições	2.824	343	-	989	10.336	-	841	977	1.397	203.351	155.873	253.148	326	630.405
Baixas	(1.159)	(362)	-	(338)	(2.580)	-	(451)	(113)	(161)	(661)	(291.164)	(600)	(1.288)	(298.877)
Transferências	52.614	12.721	17.975	-	24.672	-	1.428	1.073	1.636	(112.176)	-	-	57	-
Saldo em 31/03/2024	717.615	280.730	99.272	23.154	167.285	3.302	93.847	8.047	15.473	173.430	609.635	1.110.915	8.233	3.310.938
Saldo em 01/04/2024	**717.615**	**280.730**	**99.272**	**23.154**	**167.285**	**3.302**	**93.847**	**8.047**	**15.473**	**173.430**	**609.635**	**1.110.915**	**8.233**	**3.310.938**
Adições	**2.854**	**547**	**-**	**4.840**	**37.228**	**-**	**252**	**258**	**700**	**353.392**	**156.584**	**343.097**	**75**	**899.827**
Baixas	**(1.665)**	**(562)**	**-**	**(763)**	**(7.351)**	**-**	**(18)**	**(18)**	**(21)**	**(1.502)**	**(609.635)**	**(10.230)**	**(35)**	**(631.800)**
Transferências	**35.485**	**43.049**	**23.954**	**5.271**	**8.682**	**-**	**2.455**	**737**	**1.149**	**(122.393)**	**-**	**-**	**1.611**	**-**
Saldo em 31/03/2025	**754.289**	**323.764**	**123.226**	**32.502**	**205.844**	**3.302**	**96.536**	**9.024**	**17.301**	**402.927**	**156.584**	**1.443.782**	**9.884**	**3.578.965**

Consolidado depreciação:	Equipamentos industriais	Construções e edificações	Pavimentação	Veículos	Equipamentos agrícolas	Terras	Máquinas, equipamentos e ferramentas	Móveis e utensílios	Computadores e periféricos	Imobilizações em andamento	Gastos manutenção entressafra	Cultura permanente	Outros	Total
Saldo em 31/03/2023	(324.763)	(76.567)	(63.527)	(16.390)	(82.568)	-	(71.669)	(2.951)	(7.795)	-	(584.900)	(255.738)	(6.453)	(1.493.321)
Adições	(48.620)	(8.956)	(16.252)	(1.976)	(20.133)	-	(5.399)	(533)	(1.856)	-	(161.221)	(116.201)	(565)	(381.712)
Baixas	123	-	-	268	2.260	-	360	26	33	-	291.164	308	36	294.578
Transferências	(18)	(19)	-	-	-	-	19	18	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31/03/2024	(373.278)	(85.542)	(79.779)	(18.098)	(100.441)	-	(76.689)	(3.440)	(9.618)	-	(454.957)	(371.631)	(6.982)	(1.580.455)
Saldo em 01/04/2024	(373.278)	(85.542)	(79.779)	(18.098)	(100.441)	-	(76.689)	(3.440)	(9.618)	-	(454.957)	(371.631)	(6.982)	(1.580.455)
Adições	**(52.468)**	**(10.539)**	**(19.014)**	**(2.987)**	**(28.240)**	**-**	**(5.069)**	**(767)**	**(2.134)**	**-**	**(154.677)**	**(183.299)**	**(522)**	**(459.716)**
Baixas	**814**	**1**	**-**	**555**	**7.350**	**-**	**15**	**9**	**13**	**-**	**609.635**	**-**	**35**	**618.427**
Transferências	**1**	**(4)**	**-**	**-**	**19**	**-**	**(15)**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
Saldo em 31/03/2025	**(424.931)**	**(96.084)**	**(98.793)**	**(20.530)**	**(121.312)**	**-**	**(81.758)**	**(4.198)**	**(11.739)**	**-**	**1**	**(554.930)**	**(7.469)**	**(1.421.744)**
Saldo líquido em 31/03/2024	344.337	195.188	19.493	5.056	66.844	3.302	17.158	4.607	5.855	173.430	154.678	739.284	1.251	1.730.483
Saldo líquido em 31/03/2025	**329.358**	**227.680**	**24.433**	**11.972**	**84.532**	**3.302**	**14.778**	**4.826**	**5.562**	**402.927**	**156.585**	**888.852**	**2.415**	**2.157.222**

Garantia

A Companhia concede alguns bens do ativo imobilizado em garantia de empréstimos e financiamentos, conforme descrito na nota explicativa nº 19.

Análise do valor de recuperabilidade

De acordo com o CPC 01 (R1) IAS 36 - Redução ao Valor Recuperável dos Ativos, o Grupo avaliou, no exercício findo em 31 de março de 2025 e no exercício findo em 31 de março de 2024, os indicativos de *impairment* e concluiu não haver indicativos que requeiram a necessidade de teste do valor recuperável.

18. Direito de uso sobre arrendamentos e parcerias agrícolas

A movimentação do direito de uso sobre arrendamento e parceria agrícola está demonstrada abaixo:

	Máquinas e equipamentos	Veículos	Terras	Imóveis	Total
Custo:					
Saldo em 31 de março de 2023	53.242	132.349	1.328.375	2.811	1.516.777
Adições de novos contratos de direito de uso	11.052	25.863	346.729	9.540	393.184
Remensuração	-	-	(26.990)	-	(26.990)
Transferência - cessão	-	-	(8.133)	-	(8.133)
Baixas por distratos/alterações de contratos	-	-	(5.955)	(260)	(6.215)
Saldo em 31 de março de 2024	64.294	158.212	1.634.026	12.091	1.868.623
Adições de novos contratos de direito de uso	**7.138**	**3.315**	**288.452**	**-**	**298.905**
Remensuração	**-**	**-**	**(33.722)**	**-**	**(33.722)**
Transferência – cessão	**-**	**-**	**(51.570)**	**-**	**(51.570)**
Baixas por distratos/alterações de contratos	**-**	**-**	**(45.129)**	**-**	**(45.129)**
Saldo em 31 de março de 2025	**71.432**	**161.527**	**1.792.057**	**12.091**	**2.037.107**
Amortização acumulada:					
Saldo em 31 de março de 2023	(26.760)	(35.749)	(367.119)	(1.026)	(430.654)
Amortização no exercício	(9.066)	(24.178)	(145.175)	(344)	(178.763)
Baixas	-	-	1.918	-	1.918
Saldo em 31 de março de 2024	(35.826)	(59.927)	(510.376)	(1.370)	(607.499)
Amortização no exercício	**(10.688)**	**(27.925)**	**(153.294)**	**(654)**	**(192.561)**
Baixas	**-**	**-**	**587**	**-**	**587**
Saldo em 31 de março de 2025	**(46.514)**	**(87.852)**	**(663.083)**	**(2.024)**	**(799.473)**
Prazo (anos)	1 a 2	1 a 2	1 a 25	15	
Valor residual em 31 de março de 2024	28.468	98.285	1.123.650	10.721	1.261.124
Valor residual em 31 de março de 2025	**24.918**	**73.675**	**1.128.974**	**10.067**	**1.237.634**

19. Empréstimos e financiamentos

Essa nota divulga informações contratuais sobre a posição de empréstimos e financiamentos da Companhia e suas controladas. A nota explicativa nº 25 divulga informações adicionais com relação à exposição da Companhia e suas controladas aos riscos de taxa de juros e moeda.

Linha de crédito	Ref.	Moeda	Indexador	Consolidado	
				31/03/2025	**31/03/2024**
CCB	(c)	R$	CDI	**561.640**	78.512
CCE	(b)	R$	CDI	**-**	30.108
CPR	(c)	R$	CDI	**178.677**	90.083
CPR	(c)	R$	Pré-fixada	**-**	106.029
CRA	(e)	R$	CDI	**658.770**	202.949
CRA	(e)	R$	IPCA	**530.404**	1.172.194
Finame	(a)	R$	Pré-fixada	**24.004**	7.351
Finame	(a)	R$	SELIC	**77.407**	40.785
Finame	(a)	R$	TLP	**-**	69.690
Finame	(a)	R$	IPCA	**57.451**	-
Finame	(a)	R$	TR	**10.701**	-
Finem	(a)	R$	TLP	**-**	72.858
Finem	(a)	R$	IPCA	**61.406**	-
				2.160.460	1.870.559
Custos de transação				**(49.153)**	(39.341)
Total empréstimos e financiamentos instituições financeiras				**2.111.307**	1.831.218

Linha de crédito	Ref.	Moeda	Indexador	Consolidado	
				31/03/2025	**31/03/2024**
Mútuo passivo	(d)	R$	(d)	**-**	85.333
Total empréstimos e financiamentos (*)				**2.111.307**	1.916.551
Passivo circulante				**213.635**	466.160
Passivo não circulante				**1.897.672**	1.450.391

(*) As taxas médias ponderadas dos encargos financeiros são de 14,68% a.a. em março de 2025 e 11,02% a.a. em março 2024

(a) Refere-se a empréstimos contratados com o objetivo de financiar a aquisição de equipamentos industriais e agrícolas. Os empréstimos possuem carência para pagamento da primeira parcela do principal de 6 a 24 meses da data da contratação. Os contratos estão garantidos pela cessão fiduciária em alienação dos bens como objeto de financiamento.

(b) Refere-se a notas de crédito à exportação que foram firmadas com diversas instituições e foram liquidadas antecipadamente no decorrer da safra 24/25.

(c) Refere-se a empréstimos que foram firmados com diversas instituições financeiras e serão liquidados durante os exercícios de 2026 a 2030.

(d) Montante concedido pela empresa Terra Forte Participações e Empreendimentos S.A., sem que haja incidência de juros, que foi liquidado na safra 24/25.

(e) Referem-se a Certificados de Recebíveis do Agronegócio ("CRA"):

A quarta emissão ocorreu em 14 de novembro de 2019, nos termos da Instrução CVM nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada, da 26ª emissão da Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A. ("Oferta"), emitidos com lastro em direitos creditórios do agronegócio representados por debêntures não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia adicional fidejussória, emitidas no âmbito da 4ª emissão da Vale do Tijuco Açúcar e Álcool S.A. A oferta base correspondeu a 250.000 CRAs, com possibilidade de exercício de um lote adicional de 20%, totalizando 300.000 CRAs. A Oferta foi encerrada em 04 de fevereiro de 2020, foram subscritos e integralizados 300.000 CRAs, todos nominativos e escriturais, com valor nominal unitário de R$1 na data de emissão, qual seja, 14 de novembro de 2019, perfazendo o montante total de: R$300.000, sendo que o prazo de carência é de 4 anos e a amortização ocorrerá ao final do 4º, 5º e 6º ano.

A quinta emissão ocorreu em 16 de novembro de 2020, nos termos da Instrução CVM nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada, da 69ª emissão da Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A. ("Oferta"), emitidos com lastro em direitos creditórios do agronegócio representados por debêntures não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia adicional fidejussória, emitidas no âmbito da 5ª emissão da Vale do Tijuco Açúcar e Álcool S.A. A oferta base correspondeu a 150.000 CRAs, com possibilidade de exercício de um lote adicional de 20%, totalizando 180.000 CRAs. A Oferta foi encerrada em 21 de dezembro de 2020, foram subscritos e integralizados 180.000 CRAs, todos nominativos e escriturais, com valor nominal unitário de R$1 na data de emissão, qual seja, 16 de novembro de 2020, perfazendo o montante total de: R$180.000, sendo que o prazo de carência é de 4 anos e a amortização ocorreu de forma antecipada na safra 24/25.

A sexta emissão ocorreu em 20 de dezembro 2021, nos termos da Instrução CVM nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada, da 128ª emissão da Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A. ("Oferta"), emitidos com lastro em direitos creditórios do agronegócio representados por debêntures não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia adicional fidejussória, emitidas no âmbito da 6ª emissão da Vale do Tijuco Açúcar e Álcool S.A. A oferta base correspondeu a 500.000 CRAs, com possibilidade de exercício de um lote adicional de 20%, totalizando 600.000 CRAs. A Oferta foi encerrada em 17 de fevereiro de 2022. Foram subscritos e integralizados 600.000 CRAs, todos nominativos e escriturais, com valor nominal unitário de R$1 na data de emissão, qual seja, 20 de dezembro de 2021, perfazendo o montante total de: R$600.000, sendo que o prazo de carência é de 5 anos e a amortização ocorreu de forma antecipada na safra 24/25.

A sétima emissão ocorreu em 15 de fevereiro 2023, nos termos da Instrução CVM nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada, da 234º emissão da Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A. ("Oferta"), emitidos com lastro em direitos creditórios do agronegócio representados por debêntures não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia adicional fidejussória, emitidas no âmbito da 1ª emissão da Vale do Pontal Açúcar e Etanol S.A., A oferta base correspondeu a 200.000 CRAs, com possibilidade de exercício de um lote adicional de 25%, totalizando 250.000 CRAs. A Oferta foi encerrada em 09 de março de 2023 (data da liquidação da operação). Foram subscritos e integralizados 200.000 CRAs, todos nominativos e escriturais, com valor nominal unitário de R$1 na data de emissão, qual seja, 09 de março de 2023, perfazendo o montante total de: R$200.000, sendo que o prazo de carência é de 7 anos e a amortização ocorrerá ao final do 7º e 8º ano.

A oitava emissão ocorreu nos dias 04 e 05 de novembro de 2024, nos termos da Instrução CVM nº 160, de 13 de julho de 2022, conforme alterada, da 354º emissão da Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A. ("Oferta"), emitidos com lastro em direitos creditórios do agronegócio representados por debêntures não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia adicional fidejussória, emitidas no âmbito da 8ª emissão da Vale do Tijuco Açúcar e Etanol S.A., A oferta pública de distribuição de 800.000 (oitocentos mil) certificados de recebíveis do agronegócio, todos nominativos e escriturais, da 354ª (trecentésima quinquagésima quarta) emissão da Securitizadora, em 2 (duas) séries. Foram subscritos e integralizados na primeira série 432.749 CRAs, todos nominativos e escriturais, com valor nominal unitário de R$1 na data de emissão, perfazendo o montante total de: R$432.749.000 e, na segunda série foram subscritos e integralizados 367.251 CRAs, todos nominativos e escriturais, com valor nominal unitário de R$1 na data de emissão, perfazendo o montante total de: R$367.251.000 sendo que o prazo de carência para ambas as séries é de 5 anos e a amortização ocorrerá ao final do 6º, 7º, 8º e 9º ano.

Os empréstimos e financiamentos consolidados possuem os seguintes vencimentos:

31 de março de 2024	Valor contábil	Até 12 meses	1 a 2 anos	2 a 3 anos	3 a 4 anos	4 a 5 anos	Mais de 5 anos
Empréstimos e financiamentos	**2.160.460**	**221.288**	**333.223**	**189.442**	**191.290**	**302.116**	**923.101**
Custos de transação	**(49.153)**	**(7.653)**	**(5.308)**	**(5.308)**	**(5.306)**	**(5.303)**	**(20.275)**
Empréstimos e financiamentos, líquido	**2.111.307**	**213.635**	**327.915**	**184.134**	**185.984**	**296.813**	**902.826**

31 de março de 2024	Valor contábil	Até 12 meses	1 a 2 anos	2 a 3 anos	3 a 4 anos	4 a 5 anos	Mais de 5 anos
Empréstimos e financiamentos	1.955.892	475.146	259.423	214.021	368.121	367.421	271.760
Custos de transação	(39.341)	(8.986)	(8.203)	(5.915)	(5.565)	(4.887)	(5.785)
Empréstimos e financiamentos, líquido	1.916.551	466.160	251.220	208.106	362.556	362.534	265.975

Cláusulas contratuais

A Companhia possui obrigações contratuais decorrentes dos contratos de financiamentos, relacionadas à manutenção de determinados índices financeiros e não financeiros estabelecidos nesses contratos (*covenants*), cujo período de apuração se dá no encerramento do exercício. A Administração possui controles tempestivos sobre esses indicadores e em 31 de março de 2025 entende que as exigências pré-estabelecidas foram cumpridas, sendo improvável qualquer exigência por parte dos credores antes do vencimento original de longo prazo, e nem a necessidade de reclassificação.

20. Fornecedores e outras contas a pagar

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2025	31/03/2024	31/03/2025	31/03/2024
Fornecedores nacionais de materiais e serviços	**1**	45	**242.233**	200.704
Fornecedores de cana-de-açúcar	**-**	-	**95.359**	45.549
Total	**1**	45	**337.592**	246.253
Passivo circulante	**1**	45	**336.847**	245.677
Passivo não circulante	**-**	-	**745**	576

O período de safra da cana-de-açúcar, o qual ocorre entre abril e dezembro de cada ano, em média, tem impacto direto sobre o saldo com fornecedores de cana-de-açúcar e respectivos serviços de corte, carregamento e transporte. Os valores a pagar aos fornecedores de cana-de-açúcar e a parceiros agrícolas levam em consideração a cana-de-açúcar entregue e ainda não paga, bem como o complemento de preço calculado com base no preço final de safra através do índice de Açúcar Total Recuperável (ATR) divulgado pelo Consecana - Conselho dos Produtores de Cana-de-açúcar, Açúcar e Etanol do Estado de São Paulo.

A Companhia e suas controladas avaliaram o ajuste a valor presente dos seus saldos de fornecedores nas datas de 31 de março de 2025 e 31 de março de 2024 e concluíram que os valores não geram ajustes materiais a valor presente nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. As informações sobre a exposição do Grupo a riscos de liquidez e mensuração do valor justo relacionados a fornecedores e outras contas a pagar está divulgada na nota explicativa nº 25.

21. Arrendamentos e parcerias agrícolas a pagar

	Consolidado	
	31/03/2025	**31/03/2024**
Arrendamentos e parcerias agrícolas a pagar	**1.832.861**	1.726.258
Total	**1.832.861**	1.726.258
Passivo circulante	**224.414**	335.338
Passivo não circulante	**1.608.447**	1.390.920

A movimentação do passivo de arrendamentos e parceiras agrícolas a pagar está demonstrada abaixo:

	Consolidado	
	31/03/2025	**31/03/2024**
Saldo no início do exercício	**1.726.258**	1.566.172
Adições de novos contratos de arrendamento	**355.395**	513.443
Juros	**185.484**	156.490
Remensuração	**(19.013)**	(177.184)
Pagamentos	**(349.071)**	(327.274)
Baixas por distratos/alterações de contratos	**(66.192)**	(5.389)
Saldo final	**1.832.861**	1.726.258
Passivo circulante	**224.414**	335.338
Passivo não circulante	**1.608.447**	1.390.920

Os saldos estimados de arrendamentos e parcerias agrícolas a pagar no longo prazo possuem a seguinte composição de vencimento:

Vencimento	Consolidado
01/04/2026 a 31/03/2027	**114.128**
01/04/2027 a 31/03/2028	**173.731**
01/04/2028 a 31/03/2029	**178.565**
01/04/2029 a 31/03/2030	**169.438**
01/04/2030 a 31/03/2031	**150.245**
01/04/2031 a 31/03/2032	**136.403**
01/04/2032 a 31/03/2033	**128.606**
01/04/2023 a 31/03/2034	**108.111**
01/04/2024 a 31/03/2035	**67.179**
01/04/2035 em diante	**382.041**
	1.608.447

Abaixo é apresentado o direito potencial de PIS/COFINS a recuperar embutido na contraprestação dos arrendamentos:

	Consolidado	
	Arrendamentos	Valor presente
Contraprestação do arrendamento	**461.676**	**313.822**
PIS/COFINS potencial (9,25%)	**(42.705)**	**(29.029)**
Total	**418.971**	**284.793**

22. Adiantamento de clientes

	Consolidado	
	31/03/2025	31/03/2024
Adiantamento de clientes - açúcar	**303.169**	392.827
Adiantamento de clientes - etanol	**4.563**	1.980
Adiantamento de clientes - energia	**-**	11.426
Outros	**1.416**	522
Total	**309.148**	406.755
Passivo circulante	**143.154**	145.372
Passivo não circulante	**165.994**	261.383

O grupo CMAA possui contrato de compra e venda de açúcar VHP para entrega futura, junto ao Itaú BBA Trading S.A., no volume de 218.700 (duzentos e dezoito mil e setecentos) toneladas. Esse adiantamento é corrigido pelo CDI + 2,5 % a.a. A operação será amortizada entre a safra 2025/26 até a safra 2027/28, mediante entrega de Açúcar VHP. Os demais saldos de adiantamento referem-se substancialmente a adiantamentos de clientes de etanol, que será entregue na safra subsequente.

23. Provisão para demandas judiciais

O Grupo é parte em ações judiciais e processos administrativos em andamento em tribunais e órgãos governamentais. Tais processos decorrem do desenvolvimento normal das suas atividades, envolvendo as matérias trabalhistas, cíveis, tributárias e ambientais.

As provisões são reconhecidas levando em consideração a individualidade de cada processo e a classificação de perda como provável na avaliação de seus assessores internos e externos. A contrapartida do reconhecimento da obrigação é uma despesa do exercício. Essa obrigação pode ser mensurada com razoável certeza e é atualizada de acordo com a evolução dos processos judiciais e administrativos ou encargos financeiros incorridos e pode ser revertida caso a estimativa de perda não seja mais considerada provável, ou baixada quando a obrigação for liquidada.

Perdas prováveis

Abaixo demonstrativo da movimentação das provisões:

	Consolidado				
	Trabalhistas	**Cíveis**	**Tributárias**	**Ambientais**	**Total**
Saldo final em 1º de abril de 2023	554	-	158	-	712
Adições	1.379	135	-	617	2.131
Baixas	(1.050)	(135)	-	-	(1.185)
Saldo final em 31 de março de 2024	883	-	158	617	1.658
Saldo final em 1º de abril de 2024	883	-	158	617	1.658
Adições	**1.024**	**6.136**	**-**	**-**	**7.160**
Baixas	**(1.460)**	**(3.346)**	**-**	**(617)**	**(5.423)**
Saldo final em 31 de março de 2025	**447**	**2.790**	**158**	**-**	**3.395**

Trabalhistas

A maioria das ações de natureza trabalhista tem por principais objetos de discussão: (i) diferenças de horas extras; (ii) supressão do intervalo intrajornada; (iii) adicionais de periculosidade e insalubridade; (iv) pagamento de *horas in itinere* anteriores à reforma trabalhista; e (v) preenchimento de cota destinada a portadores de necessidades especiais

Ambientais

Nos processos ambientais discute-se principalmente: (i) indenização por servidão administrativa relacionada a construção de linha de energia; e (ii) indenizações em geral.

Tributárias

Refere-se principalmente à pedidos relacionados a Contribuição Previdenciária Sobre a Comercialização da Produção Rural (Funrural).

Cíveis

As ações cíveis referem-se principalmente à pedidos de rescisões contratuais, indenizações, pagamentos de lucro cessante.

Perdas Possíveis

A Companhia e suas controladas possuem processos das naturezas trabalhistas, cíveis, tributárias e ambientais em andamento no montante atualizado de R$ 19.541 (R$ 22.974 em 31 de março de 2024), cuja probabilidade de êxito foi estimada como possível, não requerendo a constituição de provisão.

	Consolidado	
Natureza	**31/03/2025**	**31/03/2024**
Ambiental	**1.497**	1.393
Cível	**2.297**	6.915
Trabalhista	**4.215**	5.371
Tributária	**20.604**	9.295
	28.613	22.974

Trabalhistas

As ações judiciais de natureza trabalhista classificadas como possível têm como principais objetos: (i) pleito de horas extras e reflexos; (ii) adicional noturno; e (v) pedido de responsabilidade subsidiária/ solidária em verbas rescisórias, FGTS e reflexos de prestadores de serviços contratados pelo Grupo.

Cíveis

As ações cíveis versam, em sua grande maioria, sobre discussões e revisões contratuais e ação de regresso visando o ressarcimento de auxílio previdenciário.

Ambientais

Os processos ambientais tratam de autos de infração lavrados pela SEMAD/SUPRAM e/ou polícia ambiental decorrente discussão ambiental acerca de intervenção em área de preservação ambiental, supressão de bioma natural e/ou destoca de árvores esparsas.

Tributárias

Na esfera tributária se discute em especial glosa e autos de infração lavrados pela Receita Federal, sendo os principais destaques:

(i) Um (1) auto de infração referente à glosa da RFB (Receita Federal do Brasil) de créditos de PIS/COFINS utilizados nos anos de 2013 e 2014, referentes à cadeia não cumulativa de bens e serviços utilizados como insumos pelo Grupo e bens destinados à composição do ativo imobilizado, adquiridos no período de apuração de 2011 e 2012;

(ii) Dois (2) autos de infração lavrados pela RFB referentes a apuração de IRRF e IOF de mútuo e adiantamento para futuro aumento de capital, todos realizados no período de apuração de 2009 a 2012.

24. Patrimônio líquido

a) Capital social

O capital social da Companhia em 31 de março de 2025 e 2024, totalmente subscrito e integralizado, é de R$503.892, dividido em 1.258.415.912 ações ordinárias, nominativas, distribuído da seguinte forma:

	31/03/2025		31/03/2024	
	Ações	**R$ mil**	**Ações**	**R$ mil**
Ifar Brazil Pte Ltd.	**455.687.717**	**182.466**	455.687.717	182.466
Rio Grande Investment Pte Ltd.	**173.520.239**	**69.481**	173.520.239	69.481
JF Investimentos S.A.	**83.258.941**	**33.338**	83.258.941	33.338
Marseille Fundo de Investimentos em Participações	**545.949.015**	**218.607**	545.949.015	218.607
Total	**1.258.415.912**	**503.892**	1.258.415.912	503.892

Em 31 de março de 2025 e 31 de março de 2024 a Companhia não possuía capital social autorizado.

b) Reserva de capital

Refere-se reserva especial de ágio no montante de R$ 4.164, decorrente de aumento de capital realizado em anos anteriores.

c) Reserva legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

d) Reserva de incentivos fiscais

A Companhia usufrui de benefícios e incentivos fiscais do ICMS do estado de Minas Gerais, estes benefícios estão previstos em convênio CONFAZ e regularizados no decreto 47.394 de 2018, cumprindo os requisitos do artigo 10º da lei complementar 160/2017.

Esses benefícios denominados subvenções são decorrentes de créditos presumido de ICMS e de diferimento de ICMS nas operações de vendas. Os valores das subvenções são contabilizados como receita e excluídos da base de cálculo da apuração de imposto de renda e contribuição social até 31/12/2023.

Após a destinação da parcela do resultado do exercício para a reserva legal, são constituídas reservas de incentivos fiscais até o limite do valor obrigatório ou do saldo remanescente do lucro do exercício. Até 31 de março de 2025, a Companhia havia constituído R$ 562.084, restando montante a ser constituído de R$ 115.219.

e) Ajuste de avaliação patrimonial

Inclui a variação do valor justo dos instrumentos financeiros derivativos designados como instrumentos de *hedge* de fluxo de caixa de suas futuras exportações (item protegido).

f) Dividendos

O estatuto social da Companhia determina um percentual não inferior a 25% do lucro líquido, conforme ajustado, para ao pagamento dos dividendos mínimos obrigatórios.

A Companhia decidiu por meio de realização de Assembleia Geral Extraordinária (AGE) em 25 de abril de 2024, a qual foi registrada na JUCEMG em 29 de abril de 2024, aprovar a distribuição de dividendos aos acionistas no montante total de R$ 80.000, referentes aos lucros acumulados da Companhia, constantes do Balanço Patrimonial levantado em 31 de março de 2024, a serem creditados contra o valor do dividendo obrigatório relativo ao referido exercício. Os pagamentos foram realizados em 29 de abril de 2024.

Os dividendos foram distribuídos aos acionistas de forma proporcional à participação de cada um deles no capital social da Companhia.

25. Instrumentos financeiros

a) Classificação contábil e valores justos (consolidado)

A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros, incluindo os seus níveis na hierarquia do valor justo. Não inclui informações sobre o valor justo dos ativos e passivos não mensurados ao valor justo, se o valor contábil é uma aproximação razoável do valor justo.

31 de março de 2025	Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativos financeiros mensurados ao valor justo						
Equivalentes de caixa	**467.796**	**-**	**467.796**	**-**	**467.796**	**-**
Aplicações financeiras	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
Instrumentos financeiros derivativos	**17.177**	**-**	**17.177**	**-**	**17.177**	**-**
Total	**484.973**	**-**	**484.973**	**-**	**484.973**	**-**
Ativos financeiros não-mensurados ao valor justo						
Caixa e bancos		**2.225**	**2.225**			
Contas a receber de clientes e outros recebíveis		**55.901**	**55.901**			
Arrendamentos a receber		**513.852**	**513.852**			
Total		**571.978**	**571.978**			

31 de março de 2025	Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Passivos financeiros mensurados ao valor justo						
Instrumentos financeiros derivativos	**21.744**	**-**	**21.744**	**-**	**21.744**	**-**
Total	**21.744**	**-**	**21.744**	**-**	**21.744**	**-**
Passivos financeiros não-mensurados ao valor justo						
Arrendamentos e parceria agrícola a pagar		**1.832.861**	**1.832.861**			
Empréstimos e financiamentos		**2.111.307**	**2.111.307**			
Empréstimos com partes relacionadas		**-**	**-**			
Fornecedores e outras contas a pagar		**337.592**	**337.592**			
Total		**4.281.760**	**4.281.760**			

31 de março de 2024	Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativos financeiros mensurados ao valor justo						
Equivalentes de caixa	777.288	-	777.288	-	777.288	-
Aplicações financeiras	167	-	167	-	167	-
Instrumentos financeiros derivativos	50.430	-	50.430	-	50.430	-
Total	827.885	-	827.885	-	827.885	**-**
Ativos financeiros não-mensurados ao valor justo						
Caixa e bancos	-	15.219	15.219			
Contas a receber de clientes e outros recebíveis	-	85.363	85.363			
Arrendamentos a receber	-	429.022	429.022			
Total	**-**	529.604	529.604			

31 de março de 2024	Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Passivos financeiros mensurados ao valor justo						
Instrumentos financeiros derivativos	49.839	-	49.839	-	49.839	-
Total	49.839	-	49.839	-	49.839	-
Passivos financeiros não-mensurados ao valor justo						
Empréstimos e financiamentos	-	1.831.218	1.831.218			
Empréstimos com partes relacionadas (nota 19)		85.333	85.333			
Arrendamentos e parceria agrícola a pagar	-	1.726.258	1.726.258			
Fornecedores e outras contas a pagar	-	246.253	246.253			
Total	**-**	3.889.062	3.889.062			

b) Mensuração do valor justo

Os valores contábeis referentes aos instrumentos financeiros constantes no balanço patrimonial, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência destes, com o valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, se aproximam, substancialmente, de seus correspondentes valores de mercado.

Não ocorreram transferências entre níveis a serem consideradas em 31 de março de 2025, em relação às divulgações de 31 de março de 2024.

Gerenciamento de riscos financeiros

O Grupo participa de operações envolvendo instrumentos financeiros que se destinam a atender as necessidades próprias. Em 31 de março de 2025 e 31 de março 2024, o Grupo não mantém instrumentos financeiros não registrados contabilmente e não efetua operações envolvendo instrumentos financeiros que tenham caráter especulativo. Os principais riscos relacionados com a operação do Grupo são os seguintes:

- Risco de crédito;
- Risco de liquidez; e
- Risco de mercado.

Essa nota explicativa apresenta informações sobre a exposição do Grupo a cada um dos riscos supramencionados, os objetivos do Grupo, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de risco, e seu gerenciamento de capital.

Estrutura do gerenciamento de risco

O Conselho de Administração é responsável pelo acompanhamento das políticas de gerenciamento de risco do Grupo, e os gestores de cada área se reportam regularmente ao Conselho sobre as suas atividades.

As políticas de gerenciamento de risco do Grupo são estabelecidas para identificar e analisar os riscos aos quais o Grupo está exposto, para definir limites e controles de riscos apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites definidos. As políticas e os sistemas de gerenciamento de riscos são revisados frequentemente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades do Grupo. O Grupo, através de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, objetivam desenvolver um ambiente de controle disciplinado e construtivo, no qual todos os funcionários entendem os seus papéis e suas obrigações.

Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de o Grupo incorrer em perdas decorrentes de um cliente ou de uma contraparte em um instrumento financeiro, falharem em cumprir com suas obrigações contratuais. O risco é basicamente proveniente de caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber de clientes e outros débitos, arrendamentos a receber e de instrumentos financeiros derivativos ativos conforme apresentados abaixo.

Exposição ao risco de crédito

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das demonstrações financeiras individuais e consolidadas está demonstrada abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2025	**31/03/2024**	**31/03/2025**	**31/03/2024**
Caixa e equivalentes de caixa	**1.668**	4.598	**470.021**	792.507
Aplicações financeiras	**-**	-	**-**	167
Contas a receber de clientes e outros recebíveis	**-**	-	**55.901**	85.363
Arrendamentos a receber	**-**	-	**513.852**	429.022
Instrumentos financeiros derivativos	**-**	-	**17.177**	50.431
Total	**1.668**	4.598	**1.056.951**	1.357.490
Ativo circulante	**1.668**	4.598	**626.609**	990.452
Ativo não circulante	**-**	-	**430.342**	367.038

Caixa e equivalentes de caixa

A Companhia e suas controladas tem como princípio trabalhar com um número reduzido de instituições financeiras e busca negócios com aquelas que apresentam maior solidez. Além disso, outra política que busca mitigar o risco de crédito é manter saldos de aplicações financeiras proporcionalmente ao saldo de empréstimos e financiamentos com cada uma das instituições.

O Grupo não possui registros de perdas em caixa e equivalentes de caixa.

Contas a receber de clientes

A exposição da Companhia e de suas controladas ao risco de crédito é influenciada, principalmente, pelas características individuais de cada cliente. Além disso, as vendas se realizam de forma bem distribuída durante todo o exercício societário (principalmente no período de safra, que vai de abril a março de cada ano calendário), o que possibilita à Companhia e suas controladas interromperem entregas a clientes que porventura se apresentarem como potencial risco de crédito.

Perdas por redução no valor recuperável

A composição por vencimento dos recebíveis de clientes registrados no ativo circulante e não circulante, na data das demonstrações financeiras para os quais a Companhia avaliou a necessidade de constituição de perdas por redução no valor recuperável e concluiu por sua não necessidade, era a seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2025	**31/03/2024**	**31/03/2025**	**31/03/2024**
A vencer	**-**	-	**55.461**	85.363
30 dias vencidos	**-**	-	**440**	-
	-	-	**55.901**	85.363

A Companhia e suas controladas avaliaram o ajuste a valor presente dos seus saldos de contas a receber de clientes nas datas de 31 de março de 2025 e 31 de março de 2024. A Companhia reconheceu os valores a receber de longo prazo ao seu valor presente, deduzidos das parcelas futuras referente ao valor reconhecido como juros no momento inicial da transação.

Para clientes que apresentam histórico de não cumprimento de suas obrigações financeiras, a Companhia e suas controladas procuram trabalhar com pagamentos antecipados.

Garantias

As controladas Vale do Tijuco, Vale do Pontal e Usina Canápolis são garantidoras junto a entidades financeiras e cooperativas de créditos, de operações de compra de insumos e financiamentos a serem utilizados no plantio e colheita de cana-de-açúcar de seus fornecedores. Em 31 de março de 2025, o valor garantido totaliza R$ 161.588 (R$ 267.390 em 31 de março de 2024). As controladas assumirão o débito de seus fornecedores, no limite da garantia prestada, em caso de não pagamento de suas obrigações. Os eventuais valores desembolsados pela Companhia para pagamento das obrigações dos fornecedores, em caso de inadimplência, serão acrescidos pela taxa CDI + 4% ao ano "*pro-rata dia*" e serão descontados quando do fornecimento da cana-de-açúcar pelo fornecedor.

Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que o Grupo irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A responsabilidade pelo gerenciamento do risco de liquidez é da Administração do Grupo e de seu Conselho de Administração, que gerencia o risco de liquidez de acordo com as necessidades de captação e gestão de liquidez de curto, médio e longo prazos mantendo linhas de crédito de captação de acordo com suas necessidades de caixa combinando os perfis de vencimento de seus ativos e passivos financeiros.

O Grupo utiliza sistemas de informação e ferramentas de gestão que propiciam a condição de monitoramento de exigências de fluxo de caixa e da otimização de seu retorno de caixa em investimentos. O Grupo tem como política operar com alta liquidez para garantir o cumprimento de obrigações operacionais e financeiras pelo menos por um ciclo operacional; isto inclui o impacto potencial de circunstâncias extremas que não podem ser razoavelmente previstas, como desastres naturais e movimentos cíclicos do mercado de commodities.

Não é esperado que fluxos de caixa, incluídos nas análises de maturidade do Grupo, possam ocorrer significantemente mais cedo ou em montantes significantemente diferentes.

Exposição ao risco de liquidez

O valor contábil dos passivos financeiros com risco de liquidez está representado abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2025	**31/03/2024**	**31/03/2025**	**31/03/2024**
Empréstimos e financiamentos	**-**	-	**2.111.307**	1.831.218
Empréstimos com partes relacionadas	**-**	-	**-**	85.333
Arrendamentos e parceria agrícola a pagar	**-**	-	**1.832.861**	1.726.258
Fornecedores e outras contas a pagar	**1**	45	**337.592**	246.253
Instrumentos financeiros derivativos	**-**	-	**21.744**	49.839
Total	**1**	45	**4.303.504**	3.938.901
Passivo circulante	**1**	45	**788.983**	1.004.712
Passivo não circulante	**-**	-	**3.514.521**	2.934.190

A seguir, estão os vencimentos contábeis dos passivos financeiros:

Consolidado **31 de março de 2025**	**Valor Contábil**	**Fluxo contratual**	**Até 12 meses**	**1 a 2 anos**	**2 a 3 anos**	**3 a 4 anos**	**4 a 5 anos**	**Mais de 5 anos**
Empréstimos e financiamentos	**2.111.307**	**2.160.461**	**221.288**	**333.223**	**189.442**	**191.290**	**302.116**	**923.102**
Empréstimos com partes relacionadas	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
Arrendamentos e parcerias agrícolas a pagar	**1.832.861**	**3.205.362**	**374.382**	**345.941**	**325.210**	**312.461**	**284.932**	**1.562.436**
Fornecedores e outras contas a pagar	**337.592**	**337.592**	**336.847**	**745**	**-**	**-**	**-**	**-**
Instrumentos financeiros derivativos	**21.744**	**21.744**	**14.087**	**7.657**	**-**	**-**	**-**	**-**
Total	**4.303.504**	**5.725.159**	**946.604**	**687.566**	**514.652**	**503.751**	**587.048**	**2.485.538**

Consolidado **31 de março de 2024**	**Valor Contábil**	**Fluxo contratual**	**Até 12 meses**	**1 a 2 anos**	**2 a 3 anos**	**3 a 4 anos**	**4 a 5 anos**	**Mais de 5 anos**
Empréstimos e financiamentos	1.831.218	1.831.218	380.827	251.219	208.106	362.555	362.534	265.977
Empréstimos com partes relacionadas	85.333	85.333	85.333	-	-	-	-	-
Arrendamentos e parcerias agrícolas a pagar	1.726.258	3.289.330	414.448	369.879	339.109	318.585	302.619	1.544.690
Fornecedores e outras contas a pagar	246.253	246.253	245.677	576	-	-	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	49.839	49.839	42.870	625	433	3.164	2.747	-
Total	**3.938.901**	**5.501.973**	**1.169.155**	**622.299**	**547.648**	**684.304**	**667.900**	**1.810.667**

Movimentação dos passivos financeiros nas atividades de financiamentos consolidadas

	Consolidado	
	Empréstimos e financiamentos	**Arrendamentos e parceria agrícola a pagar**
Saldos em 01 de abril de 2023	1.717.770	1.566.172
Adições	381.855	513.443
(-) Pagamentos	(220.934)	(327.274)
(-) Pagamentos de juros e variação cambial	(166.380)	-
Juros incorridos	195.106	156.490
Remensuração de contratos de arrendamento	-	(177.184)
Baixa por distratos / alterações de contratos	-	(5.389)
Apropriação de custo de transação	9.134	-
Saldos em 31 de março de 2024	1.916.551	1.726.258
Adições	**1.412.182**	**355.395**
(-) Pagamentos	**(1.323.140)**	**(349.071)**
(-) Pagamentos de juros e variação cambial	**(158.314)**	**-**
Juros incorridos	**232.751**	**185.484**
Remensuração de contratos de arrendamento	**-**	**(19.013)**
Baixa por distratos / alterações de contratos	**-**	**(66.192)**
Apropriação de custo de transação	**31.277**	**-**
Saldos em 31 de março de 2025	**2.111.307**	**1.832.861**

Risco de mercado

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio e taxas de juros têm nos resultados do Grupo ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. Por meio de suas atividades, o Grupo também é exposto a riscos financeiros decorrentes de mudança no valor do ATR (Açúcar Total Recuperável), utilizado para cálculo do valor justo do ativo biológico e do valor do açúcar VHP (V*ery High Polarized*).

Risco de taxa de juros

O Grupo está exposto a riscos relacionados às taxas de juros, em função de empréstimos e financiamentos contratados e aplicações financeiras, expostas, principalmente, à variação do CDI, Selic, IPCA, TJLP e TR. A direção do Grupo monitora as flutuações das taxas de juros variáveis atreladas a algumas dívidas, utilizando-se de instrumentos derivativos com o objetivo de minimizar o impacto destes riscos.

Análise de sensibilidade de fluxo de caixa para instrumentos de taxa variável - consolidado

A análise de sensibilidade é determinada com base na exposição às taxas de juros dos instrumentos financeiros não derivativos em 31 de março de 2025. Apresentamos abaixo os possíveis impactos de quanto teriam aumentado (reduzido) o patrimônio e o resultado do exercício de acordo com os montantes mostrados a seguir. Esses cenários poderão gerar impactos no resultado e nos fluxos de caixa futuros do Grupo conforme descrito a seguir:

- Cenário I: Corresponde ao cenário considerado mais provável nas taxas de juros, na data das demonstrações financeiras consolidadas;
- Cenário II: Apreciação de 25% no fator de risco principal do instrumento financeiro em relação ao nível verificado no cenário provável;
- Cenário III: Apreciação de 50% no fator de risco principal do instrumento financeiro em relação ao nível verificado no cenário provável;
- Cenário IV: Deterioração de 25% no fator de risco principal do instrumento financeiro em relação ao nível verificado no cenário provável; e
- Cenário V: Deterioração de 50% no fator de risco principal do instrumento financeiro em relação ao nível verificado no cenário provável.

Risco de taxa de juros sobre ativos e passivos financeiros - Consolidado

			Cenários		Apreciação		Deterioração	
Instrumentos	**Exposição em 31 março de 2025**	**Risco**	**Taxa**	**Provável**	**Variação do índice em 25%**	**Variação do índice em 50%**	**Variação do índice em 25%**	**Variação do índice em 50%**
Ativos financeiros								
Equivalentes de caixa	**467.796**	**CDI**	**14,15%**	**66.193**	**16.548**	**33.096**	**(16.548)**	**(33.096)**
Aplicações financeiras	**-**	**CDI**	**14,15%**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
Passivos financeiros								
CCB	**561.640**	**CDI**	**14,15%**	**(79.472)**	**(19.868)**	**(39.736)**	**19.868**	**39.736**
CPR	**178.677**	**CDI**	**14,15%**	**(25.283)**	**(6.321)**	**(12.642)**	**6.321**	**12.642**
CRA	**658.770**	**CDI**	**14,15%**	**(93.216)**	**(23.304)**	**(46.608)**	**23.304**	**46.608**
CRA	**530.404**	**IPCA**	**5,06%**	**(26.838)**	**(6.709)**	**(13.419)**	**6.709**	**13.419**
Finame (a)	**57.451**	**IPCA**	**5,06%**	**(2.907)**	**(727)**	**(1.453)**	**727**	**1.453**
Finame	**77.407**	**SELIC**	**14,15%**	**(10.953)**	**(2.738)**	**(5.476)**	**2.738**	**5.476**
Finem (a)	**61.406**	**IPCA**	**5,06%**	**(3.107)**	**(777)**	**(1.553)**	**777**	**1.553**
Finame	**10.701**	**TR**	**2,07%**	**(221)**	**(54)**	**(111)**	**54**	**111**
Impacto no resultado e patrimônio líquido				**(175.804)**	**(43.950)**	**(87.902)**	**43.950**	**87.902**

Fonte: A informação da CDI foi extraída da base da CETIP,, a SELIC do Banco Central do Brasil e o IPCA junto ao IBGE.

(a) Os contratos da modalidade Finame e Finem foram contratados considerando o indexador TLP (taxa de longo prazo), que é composto pela variação do IPCA + taxa pré-fixada definida na assinatura do contrato.

Risco de câmbio

O Grupo está sujeito ao risco de câmbio (dólar norte-americano) em parte de suas contas a receber, caixa e equivalente de caixa e instrumento financeiro derivativo, tomados em moeda diferente da moeda funcional.

Com relação a outros ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira, o Grupo garante que sua exposição líquida é mantida a um nível aceitável, comprando ou vendendo moedas estrangeiras a taxas à vista, quando necessário, para tratar instabilidades de curto prazo.

As parcelas de curto prazo dos passivos monetários denominados em moeda estrangeira estão respaldadas por ativos também denominados em moeda estrangeira (exportação de açúcar com preço fixado em moeda estrangeira).

Com relação à parcela de longo prazo desses passivos, ela está respaldada pelas exportações de açúcar da Companhia, que representam 100% das exportações, e possui preços denominados em moeda estrangeira e com pouca volatilidade às variações da taxa de câmbio.

Exposições a riscos cambiais

A exposição líquida em moeda estrangeira está demonstrada no quadro a seguir, pelos montantes de principal (em US$ mil):

	Consolidado	
	31/03/2025	**31/03/2024**
Caixa e equivalentes de caixa	**2**	1.662
Contas a receber de clientes e outros recebíveis	**249**	8.702
NDF	**-**	583
Opções de dólar	**-**	-
Termo de moedas	**(70.493)**	(31.493)
Receita futura (VHP) – Objeto de hedge	**70.493**	31.493
Exposição líquida	**251**	10.947

A exposição cambial líquida demonstrada acima, está substancialmente compensada com receitas altamente prováveis de exportação de produtos.

Análise de sensibilidade - risco de câmbio - Consolidado

A análise de sensibilidade é determinada com base na exposição de partes do seu contas a receber, caixa e equivalente de caixa e instrumento financeiro derivativo à variação monetária do dólar norte americano em 31 de março de 2025. Apresentamos abaixo os possíveis impactos de quanto teriam aumentado (reduzido) o patrimônio e o resultado do exercício de acordo com os montantes mostrados a seguir. Esses cenários poderão gerar impactos no resultado e/ou nos fluxos de caixa futuros do Grupo conforme descrito a seguir:

- Cenário I: Para o cenário provável em dólar norte americano foi considerada a taxa de câmbio da data de 31 de março de 2025;
- Cenário II: Apreciação de 25% no fator de risco principal do instrumento financeiro em relação ao nível verificado no cenário provável;
- Cenário III: Apreciação de 50% no fator de risco principal do instrumento financeiro em relação ao nível verificado no cenário provável;
- Cenário IV: Deterioração de 25% no fator de risco principal do instrumento financeiro em relação ao nível verificado no cenário provável; e
- Cenário V: Deterioração de 50% no fator de risco principal do instrumento financeiro em relação ao nível verificado no cenário provável.

Cenários	US$ mil	R$ (MTM)	Apreciação (R$)		Deterioração (R$)	
Instrumentos financeiros não derivativos			**25%**	**50%**	**25%**	**50%**
Caixa e equivalente de caixa	**2**	**9**	**2**	**5**	**(2)**	**(5)**
Contas a receber de clientes e outros recebíveis	**249**	**1.432**	**358**	**716**	**(358)**	**(716)**
Instrumentos financeiros derivativos						
Termo de moedas	**70.493**	**(8.888)**	**(11.109)**	**(13.331)**	**11.109**	**13.331**
NDF	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
Receita futura (VHP) – Objeto de hedge	**(70.493)**	**8.888**	**11.109**	**13.331**	**(11.109)**	**(13.331)**
Impacto no resultado e patrimônio líquido	**251**	**1.441**	**360**	**721**	**(360)**	**(721)**

As informações utilizadas para a apuração da análise de sensibilidade apresentada acima, foram obtidas junto as fontes externas de mercado, como Bloomberg e B3.

Risco de preço

Decorre da possibilidade de oscilação dos preços de mercado dos principais produtos comercializados pela Companhia. Essas oscilações de preços podem provocar alterações substanciais nas receitas de vendas, principalmente relacionados a exportação de Açúcar VHP. Para mitigar esse risco, a Companhia realiza constante monitoramento do mercado para antecipar-se a movimentos de preços.

Exposições a riscos de preço

A exposição líquida dos instrumentos derivativos para hedge de preço do açúcar VHP está demonstrada no quadro a seguir, pelos montantes de principal (em US$ mil):

	Consolidado	
	31/03/2025	**31/03/2024**
Termo de *commodities*	**(135.979)**	(17.967)
Opções VHP	**-**	(1.637)
Receita futura (VHP) - Objeto de hedge	**135.979**	19.604
Exposição líquida	**-**	**-**

Análise de sensibilidade - risco de preço - Consolidado

A análise de sensibilidade abaixo é determinada com base na exposição dos instrumentos financeiros derivativos de termo de commodities à variação de preços de exportação de açúcar VHP baseados na curva futura dos preços de tela NY#11 e de NDF de etanol baseada na curva futura de preços da B3 em 31 de março de 2025. Abaixo foram apresentados dois cenários com depreciação de 25% e 50% da variável de risco considerado os possíveis impactos de quanto teriam aumentado (reduzido;) o patrimônio e o resultado do exercício do Grupo, conforme descrito a seguir:

- Cenário I: Para o cenário provável aumento nos preços futuros na posição da data de 31 de março de 2025;
- Cenário II: Apreciação de 25% no fator de risco principal do instrumento financeiro derivativo em relação ao nível verificado no cenário provável;
- Cenário III: Apreciação de 50% no fator de risco principal do instrumento financeiro derivativo em relação ao nível verificado no cenário provável;
- Cenário IV: Depreciação de 25% no fator de risco principal do instrumento financeiro derivativo em relação ao nível verificado no cenário provável; e
  Cenário V: Depreciação de 50% no fator de risco principal do instrumento financeiro derivativo em relação ao nível verificado no cenário provável.

Cenários	**USD**	**R$ (MTM)**	**Apreciação (R$)**		**Depreciação (R$)**	
			25%	**50%**	**25%**	**50%**
Termo de *commodities*	**135.979**	**(6.737)**	**(96.671)**	**(193.342)**	**96.671**	**193.342**
Receita futura (VHP) - Objeto de hedge	**(135.979)**	**6.737**	**96.671**	**193.342**	**(96.671)**	**(193.342)**
Impacto no resultado e patrimônio líquido	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**

Contabilidade de hedge

Hedge de fluxo de caixa envolvendo as exportações do Grupo

O Grupo adota uma estrutura de hedge accounting de fluxo da caixa que consiste na cobertura de uma transação prevista, altamente provável, de exportação em moeda estrangeira (dólar norte americano - USD), contra o risco cambial de flutuação de taxa de câmbio USD versus BRL, usando como instrumento de cobertura, instrumentos financeiros não derivativos como ACC (Adiantamento de Contratos de Câmbio), PPE (Pré Pagamento de Exportação), Opção de moeda (USD), Opção de açúcar (VHP) e derivativos como NDF (Non-Deliverable Forward), em valores e vencimentos limitados aos valores de exportação para mitigar os riscos de variação cambial.. Abaixo está demonstrada a relação de *hedge* designada para *hedge accounting*:

	2025		**2024**	
	Realizado resultado	**Não realizado (patrimônio líquido)**	**Realizado resultado**	**Não realizado (patrimônio líquido)**
Termo de moeda, *commodities e opções*	**(18.026)**	**(15.624)**	(164.814)	(5.550)
Exposição total	**(18.026)**	**(15.624)**	(164.814)	(5.550)
(-) IR/CS diferidos	**6.129**	**5.312**	56.037	1.887
Exposição líquida	**(11.897)**	**(10.312)**	(108.777)	(3.663)

A parcela efetiva da variação no valor justo de derivativos designados e qualificados como hedge de fluxo de caixa, e não liquidados, bem como a variação cambial dos instrumentos de hedge não derivativos é reconhecida no patrimônio líquido como "Ajustes de avaliação patrimonial". Esta parcela é realizada quando da eliminação do risco para o qual os instrumentos de hedge foram designados. Quando da liquidação dos instrumentos financeiros, os ganhos e as perdas previamente diferidos em outros resultados abrangentes são transferidos para o resultado.

Instrumentos financeiros derivativos

O Grupo está exposto ao risco cambial do fluxo de caixa futuro em moeda estrangeira, devido à receita proveniente de exportações de açúcar. Com o objetivo de mitigar este risco, o Grupo adota procedimentos de cobertura baseada na exposição cambial calculada pelo valor dos créditos comerciais para os próximos 12 meses, revistos mensalmente. A cobertura do fluxo de caixa futuro é analisada e discutida pelo Conselho de Administração do Grupo, que aprova e autoriza a contratação e designação de instrumentos financeiros derivativos para a contabilidade de *hedge*.

O quadro abaixo apresenta todas as operações de instrumentos financeiros derivativos contratados, assim como os respectivos valores justos calculados pela Administração do Grupo:

		31/03/2025		31/03/2024	
Consolidado	**Tipo Moeda**	**Nocional (US$/R$ mil)**	**Valor justo (R$)**	**Nocional (US$/R$ mil)**	**Valor justo (R$)**
Swap	R$	**122.255**	**11.058**	990.300	6.468
Termo de *commodities – VHP*	US$	**56.030**	**(359)**	17.967	(33.242)
Termo de *commodities – VHP*	R$	**79.949**	**(6.378)**	-	-
Termo de moedas	US$	**70.493**	**(8.888)**	31.493	35.482
NDF	US$	**-**	**-**	583	(327)
Opções VHP	US$	**-**	**-**	1.637	(7.790)
Total			**(4.567)**		591
Ativo circulante			**16.158**		38.088
Ativo não circulante			**1.019**		12.342
			17.177		50.430
Passivo circulante			**(14.087)**		(42.870)
Passivo não circulante			**(7.657)**		(6.969)
			(21.744)		(49.839)

Os instrumentos financeiros derivativos possuem os seguintes vencimentos:

			Consolidado						
31 de março de 2025	**Tipo**	**Nocional**	**Valor Contábil**	**Até 12 meses**	**1 a 2 Anos**	**2 a 3 Anos**	**3 a 4 Anos**	**4 a 5 Anos**	**Acima de 5 anos**
Swap	R$	**122.255**	**11.058**	**11.058**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
Termo de commoditties	US$	**56.030**	**(359)**	**1.983**	**(2.342)**	**-**	**-**	**-**	**-**
Termo de commoditties	R$	**79.949**	**(6.378)**	**(6.378)**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
Termo de moedas	US$	**70.493**	**(8.888)**	**(4.592)**	**(4.296)**	**-**	**-**	**-**	**-**
NDF	US$	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
Opções VHP	US$	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
Total			**(4.567)**	**2.071**	**(6.638)**	**-**	**-**	**-**	**-**

			Consolidado						
31 de março de 2024	**Tipo**	**Nocional**	**Valor Contábil**	**Até 12 meses**	**1 a 2 Anos**	**2 a 3 Anos**	**3 a 4 Anos**	**4 a 5 Anos**	**Acima de 5 anos**
Swap	R$	990.300	6.468	1.095	11.717	(433)	(3.164)	(2.747)	-
Termo de commoditties	US$	17.967	(33.242)	(33.242)	-	-	-	-	-
Termo de moedas	US$	31.493	35.482	35.482	-	-	-	-	-
NDF	US$	583	(327)	(327)	-	-	-	-	-
Opções VHP	US$	1.637	(7.790)	(7.790)	-	-	-	-	-
Total			591	(4.782)	11.717	(433)	(3.164)	(2.747)	-

Resultado com instrumentos financeiros derivativos

O Grupo efetuou registro dos ganhos e perdas oriundos dessas operações no resultado do exercício. Em 31 de março de 2025 e 31 de março de 2024, os impactos contabilizados no resultado estão demonstrados a seguir:

			Consolidado	
Derivativo	**Mercado**	**Risco**	**31/03/2025**	**31/03/2024**
Termo de moedas e commodities	CETIP/ICE	USD	**(18.026)**	(164.814)
Receita bruta de vendas e serviços			**(18.026)**	(164.814)
Swap	CETIP	USD	**(50.949)**	(33.460)
NDF	CETIP	USD	**(295)**	(624)
Termo de moedas e commodities - inefetivo			**-**	-
Receitas (despesas) financeiras			**(51.244)**	(34.084)
Total			**(69.269)**	(198.898)
(-) IR/CS			**23.552**	67.625
Efeito líquido no resultado			**(45.717)**	(131.273)

c) Gestão de capital

A Companhia administra a gestão capital, para assegurar que ela possa continuar com suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximiza o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio.

A estrutura de capital da Companhia é formada pelo endividamento líquido (empréstimos e financiamentos e arrendamentos e parceria agrícola a pagar, deduzidos pelo caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras e pelo seu patrimônio líquido).

A Administração revisa periodicamente a estrutura de capital da Companhia. Como parte dessa revisão, a Administração considera o custo de capital, a liquidez dos ativos, os riscos associados a cada classe de capital e o grau de endividamento.

	31/03/2025	**31/03/2024**
Empréstimos e financiamentos	2.111.307	1.916.551
Arrendamentos e parceria agrícolas a pagar	1.832.861	1.726.258
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(470.021)	(792.507)
(-) Aplicações financeiras	-	(167)
Dívida líquida	3.474.147	2.850.135
Patrimônio líquido	**705.499**	**758.180**
Patrimônio líquido e dívida consolidada	**4.179.646**	**3.608.315**
Coeficiente de alavancagem	**4,92**	**3,76**

26. Imposto de renda e contribuição social diferidos

Consolidado	Ativo/Passivo		Resultado		Patrimônio líquido	
	31/03/2025	31/03/2024	2025	2024	31/03/2025	31/03/2024
Provisão para demandas judiciais	**1.154**	564	**590**	323	**-**	-
Provisão para perdas com estoques	**1.966**	2.197	**(231)**	871	**-**	-
Efeitos de contratos de *swap*	**(3.760)**	(2.199)	**(1.561)**	5.175	**-**	-
Prejuízo fiscal e base negativa (a)	**206.196**	131.651	**74.545**	(24.776)	**-**	-
Valor justo do ativo biológico	**(27.395)**	(34.854)	**7.459**	1.149	**-**	-
Efeitos de contratos de variação cambial	**-**	18	**(18)**	(34)	**-**	-
Efeitos de contratos opções	**-**	2.649	**-**	-	**(2.649)**	419
Efeitos de contratos de *forward*	**5.312**	(651)	**(111)**	(19)	**6.074**	(61.682)
Efeitos de diferença depreciação fiscal x vida útil	**1.161**	(2.928)	**4.089**	4.066	**-**	-
Efeitos de depreciação incentivada acelerada	**(113.428)**	-	**(113.428)**	-	**-**	-
Efeito variação IFRS 16/CPC06	**93.051**	68.907	**24.144**	24.879	**-**	-
Outros	**-**	(5)	**5**	(5)	**-**	-
Líquido	**164.257**	165.349	**(4.517)**	11.629	**3.425**	(61.263)

(a) A Administração da Companhia reconheceu imposto de renda e contribuição social diferidos ativos sobre prejuízos fiscais do imposto de renda e base negativa de contribuição social com base na expectativa de geração de lucros tributáveis futuros. O saldo remanescente de imposto de renda e contribuição social diferidos sobre prejuízo fiscal do imposto de renda e base negativa de contribuição social escriturado nas obrigações fiscais, deduzidos do ativo fiscal diferido constituído no período, e não registrado contabilmente é de aproximadamente R$134.237.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos foram constituídos em decorrência de estudos preparados pela Administração, demonstrando a geração de lucros tributáveis futuros em montante suficiente à realização total desses em um prazo máximo de dez anos. A Companhia levou em consideração ainda o aumento da lucratividade e da base tributável nos últimos exercícios. A realização esperada dos impostos diferidos em 31 de março de 2025 é como segue:

	Consolidado
01/04/2025 a 31/03/2026	**1.965**
01/04/2026 a 31/03/2027	**14.042**
01/04/2027 a 31/03/2028	**24.176**
01/04/2028 a 31/03/2029	**29.153**
01/04/2029 a 31/03/2034	**94.921**
	164.257

Reconciliação da taxa efetiva

	Controladora	
	2025	**2024**
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	**33.972**	103.496
Alíquota nominal	**34%**	34%
Despesa com imposto à alíquota nominal	**(11.550)**	(35.189)
Ajustes para apuração da alíquota efetiva:		
Resultado de equivalência patrimonial	**11.623**	35.315
Outros	**(5)**	-
Prejuízo fiscal e base negativa não constituídos	**(72)**	(126)
Imposto de renda e contribuição social	**(4)**	-
Corrente	**(4)**	-
Diferido	**-**	-

Reconciliação da taxa efetiva

	Consolidado	
	2025	**2024**
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	**87.290**	127.598
Alíquota nominal	**34%**	34%
Despesa com imposto à alíquota nominal	**(29.678)**	(43.384)
Ajustes para apuração da alíquota efetiva:		
Dividendos distribuídos através de reserva de subvenção	**(27.200)**	(20.400)
Reconhecimento de prejuízo fiscal e base negativa	**-**	6.952
Prejuízo fiscal e base negativa não constituídos	**(72)**	(126)
Subvenções	**-**	25.743
Outras	**3.628**	7.113
Imposto de renda e contribuição social	**(53.322)**	(24.102)
Corrente	**(48.805)**	(35.731)
Diferido	**(4.517)**	11.629

A alíquota nominal dos impostos é de 34% sobre o lucro ajustado conforme a legislação vigente do Brasil para o lucro tributável anual. As diferenças temporárias dedutíveis e os prejuízos fiscais acumulados não prescrevem de acordo com a legislação tributária vigente.

27. Receita líquida

As receitas operacionais do Grupo são compostas pela venda de açúcar e etanol para o mercado interno e externo e energia elétrica.

	Consolidado	
	2025	**2024**
Receita bruta de vendas e serviços:		
Etanol mercado interno	**1.082.621**	912.945
Açúcar mercado interno	**35.114**	32.361
Açúcar mercado externo	**1.653.704**	1.641.042
Hedge accounting (nota 25)	**(18.026)**	(164.814)
Energia elétrica	**129.863**	107.416
CBIOs	**22.105**	45.488
Outras receitas	**36.134**	67.259
Receita bruta	**2.941.515**	2.641.697
Impostos sobre vendas	**(140.062)**	(103.200)
Receita líquida	**2.801.453**	2.538.497

Compromissos com Contratos - Açúcar Mercado Externo

As controladas da Companhia operam principalmente no mercado de commodities e possuem diversos acordos no mercado de açúcar, através dos quais se compromete a vender volumes desses produtos em safras futuras. Os compromissos de venda de açúcar, em 31 de março de 2025, estão demonstrados abaixo em toneladas (t) conforme cronograma por safras e por unidade produtora:

Safra	Vale do Tijuco	Vale do Pontal	Usina Canápolis	Total
25-26	**337.175**	**162.100**	**135.400**	**634.675**
26-27	**267.775**	**176.675**	**149.775**	**594.225**
27-28	**150.000**	**100.000**	**100.000**	**350.000**
Total geral	**754.950**	**438.775**	**385.175**	**1.578.900**

Etanol mercado interno

As controladas da Companhia possuem compromissos firmados para venda de etanol para safras futuras, conforme demonstrado abaixo em metros cúbicos (m³):

Anidro

	Vale do Tijuco	Vale do Pontal	Total
25-26	**92.727**	**28.000**	**120.727**
26-27	**128.338**	**-**	**128.338**
Total geral	**221.065**	**28.000**	**249.065**

Hidratado

	Vale do Tijuco	Vale do Pontal	Usina Canápolis	Total
25-26	**1.291**	**43.269**	**31.285**	**75.845**
26-27	**-**	**64.999**	**35.002**	**100.001**
Total geral	**1.291**	**108.268**	**66.287**	**175.846**

Energia elétrica

A controlada Vale do Pontal possui contrato de fornecimento de energia elétrica junto à Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, firmado através de leilão promovido pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, prevê o fornecimento de 2.125.000 Mwh, durante o período compreendido entre abril de 2023 e março de 2048, com correção monetária pelo IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo.

As controladas Vale do Tijuco e Vale do Pontal também possuem contratos de venda de energia com outras empresas até a safra 2027 a 2048. Segue abaixo o fluxo das entregas para as próximas safras em Mwh:

Safra	Vale do Tijuco	Vale do Pontal	Total
2025 / 2026	**212.200**	**85.000**	**297.200**
2026 / 2027	**108.000**	**85.000**	**193.000**
2027 a 2048	**-**	**1.700.000**	**1.700.000**
Total	**320.200**	**1.870.000**	**2.190.200**

Arrendamentos e contratos de parceria agrícola

As controladas Vale do Tijuco, Vale do Pontal e Usina Canápolis, possuem contratos de arrendamento de terras e parceria para cultivo de cana-de-açúcar, cujos direitos de uso foram reconhecidos conforme demonstrado na nota explicativa 18, e os passivos relacionados estão demonstrados na nota explicativa 21.

28. Gastos por natureza

A Companhia apresentou as demonstrações do resultado utilizando uma classificação das despesas baseada na sua função. As informações sobre a natureza dessas despesas reconhecidas nas demonstrações do resultado são apresentadas a seguir:

	Consolidado	
	2025	**2024**
Custo das vendas e serviços		
Amortização tratos	**(229.174)**	(218.057)
Amortização do plantio	**(167.910)**	(109.820)
Compra de cana fornecedor na esteira	**(664.955)**	(634.313)
Amortização do direito de uso e parcerias agrícolas	**(189.529)**	(199.274)
Depreciação	**(68.547)**	(62.493)
Amortização de entressafra	**(153.622)**	(163.610)
Custos com corte, carregamento e transporte (CCT)	**(374.203)**	(296.814)
Custos industriais	**(188.846)**	(175.207)
Custo de serviços	**(29.682)**	(24.085)
Outros custos	**(29.608)**	(7.237)
Variação do valor justo de ativos biológicos	**(21.940)**	(3.380)
Créditos de PIS e COFINS sobre insumos	**38.724**	73.919
Créditos de Descarbonização – CBIOS	**(16)**	16
Provisão para ajuste a valor realizável líquido estoques	**(76)**	-
Total	**(2.079.384)**	(1.820.355)

	Consolidado	
	2025	**2024**
Despesas com vendas		
Fretes e carretos	**(144.361)**	(146.897)
Tarifas decorrentes da distribuição de energia elétrica	**(5.058)**	(10.431)
Comissões e consultorias	**(5.918)**	(8.834)
Despesas com pessoal	**(8.957)**	(7.053)
Outras despesas comerciais	**(9.230)**	(10.563)
Depreciação e amortização	**(3.045)**	(3.222)
Total	**(176.569)**	(187.000)

	Consolidado	
	2025	**2024**
Despesas administrativas		
Despesas com pessoal	**(35.612)**	(31.436)
Serviços de terceiros	**(13.124)**	(14.824)
Outras despesas administrativas	**(17.221)**	(15.546)
Depreciação e amortização	**(5.075)**	(3.472)
Total	**(71.032)**	(65.278)

	Consolidado	
	2025	**2024**
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas		
Crédito presumido PIS e COFINS	**38.193**	-
Venda de produtos do almoxarifado	**7.113**	3.077
Venda de imobilizado	**116**	-
Contingências	**(7.357)**	(3.318)
Multas e indenizações	**3.420**	(7.296)
Outras receitas e despesas	**(2.176)**	1.373
Baixa de arrendamentos	**19.833**	377
Outros investimentos	**131**	(380)
Depreciação	**(608)**	(430)
Total	**58.665**	(6.597)

29. Resultado financeiro, líquido

	Consolidado	
	2025	**2024**
Despesas financeiras:		
Juros sobre empréstimos e financiamentos	**(232.751)**	(195.106)
IOF	**(1.057)**	(8.181)
Perdas com ajuste a valor justo – derivativos	**(3.306)**	(24.980)
Perdas efetivas - liquidação de operações -derivativos	**(63.598)**	(19.131)
Variação cambial passiva	**(35.289)**	(15.434)
Outras despesas financeiras	**(44.022)**	(38.850)
Juros sobre arrendamentos	**(175.333)**	(147.538)
Despesas bancárias / apropriação de custos de empréstimos	**(32.413)**	(9.326)
Total	**(587.769)**	(458.546)
Receitas financeiras:		
Rendimentos sobre aplicações financeiras	**57.651**	50.520
Ganhos com ajuste a valor justo – derivativos	**8.223**	9.813
Ganhos efetivos - liquidação de operações – derivativos	**7.438**	214
Variação cambial ativa	**16.677**	16.184
Outras receitas financeiras	**2.811**	6.600
Juros sobre arrendamentos	**49.461**	43.242
Total	**142.261**	126.573
Resultado financeiro, líquido	**(445.508)**	(331.973)

30. Lucro por ação

O lucro por ação básico é calculado por meio da divisão do lucro líquido do exercício atribuído aos detentores de ações ordinárias da Companhia pela quantidade média ponderada de ações ordinárias no exercício.

O lucro básico e diluído é igual, por não existirem instrumentos financeiros ou patrimoniais que possam potencialmente diluir o número de ações ordinárias. O quadro abaixo apresenta os dados de lucro líquido e quantidade de ações utilizadas no cálculo do lucro básico e diluído por ação:

	Consolidado e Controladora	
	2025	**2024**
Lucro líquido do exercício	**33.968**	103.496
Quantidade de ações média durante o exercício	**1.258.415.912**	1.258.415.912
Lucro por ação – básico e diluído (em reais)	**0,0270**	0,0822

31. Partes relacionadas

a) Remuneração de pessoal chave da Administração

O pessoal chave da Administração do Grupo CMAA é composto pela Diretoria Executiva e pelo Conselho de Administração. Os montantes referentes à remuneração do pessoal chave da Administração são desembolsados pela parte relacionada usina Vale do Tijuco Açúcar e Álcool S.A., que durante o exercício findo em 31 de março de 2025, a título de benefícios de curto prazo foram de R$ 10.352 (R$ 9.428 em 31 de março de 2024) e incluem salários, bônus, remunerações variáveis e benefícios diretos e indiretos.
A assembleia geral aprovou o montante de remuneração global anual dos administradores no total de R$ 9.820 para o período de junho de 2024 a junho de 2025, entretanto o valor está sujeito a alterações conforme política de bonificação aprovada pela Companhia.

b) Principais saldos de transações

As transações efetuadas junto às partes relacionadas, excetuando a compra de matéria-prima, a qual é feita de acordo com o preço de mercado, são realizadas com base em condições negociadas entre a Companhia e as partes relacionadas, as quais poderiam ser diferentes caso fossem realizadas com partes não relacionadas. Os saldos com partes relacionadas, que são compostos por transações com os acionistas ou empresas ligadas aos acionistas, estão apresentados como seguem:

		Consolidado	
		31/03/2025	**31/03/2024**
Ativo circulante			
Créditos com partes relacionadas			
Terra Forte Empreendimentos e Participações S.A.		**2**	**-**
Pirapitinga Participações Ltda.		**-**	**-**
Cz Energy Comercializadora de Etanol S.A		**9.310**	**-**
Subtotal		**9.312**	-
Ativo não circulante			
Direito de uso sobre parcerias agrícolas			
Terra Forte Empreendimentos e Participações S.A.	(i)	**214.026**	222.967
Pirapitinga Participações Ltda.	(i)	**19.527**	22.680
Total direito de uso sobre parcerias agrícolas		**233.553**	245.647
Total dos ativos		**242.865**	245.647
Débitos com partes relacionadas			
Terra Forte Empreendimentos e Participações S.A.	(iii)	**-**	85.333
Pirapitinga Participações Ltda.		**-**	-
Subtotal		**-**	85.333
Arrendamentos e parceria agrícola a pagar	(ii)		
Terra Forte Empreendimentos e Participações S.A.		**245.880**	234.835
Pirapitinga Participações Ltda.		**69.634**	47.778
Total arrendamentos e parceria agrícola a pagar		**315.514**	282.613
Total dos passivos		**315.514**	367.946

	Consolidado	
Resultado	**31/03/2025**	**31/03/2024**
Venda de produtos e prestações de serviços		
Cz Energy Comercializadora de Etanol S.A	**9.310**	**-**
Subtotal	**9.310**	**-**
Amortização do direito de uso e juros apropriados		
Terra Forte Empreendimentos e Participações S.A.	**(43.920)**	**(49.753)**
Pirapitinga Participações Ltda.	**(13.732)**	**(9.455)**
Subtotal	**(57.652)**	**(59.208)**

(i) Saldo referente a direito de uso sobre arrendamento de terras junto a Terra Forte Empreendimentos e Participações S.A., e Pirapitinga Participações Ltda

(ii) Saldo referente a passivo de arrendamentos e cessões de parcerias agrícolas junto a Terra Forte Empreendimentos e Participações S.A e Pirapitinga Participações Ltda., que serão liquidados pelo fluxo contratual dos vencimentos.

(iii) Mútuo a pagar, sem incidência de juros, junto a Terra Forte Empreendimentos e Participações S.A.

A Companhia concede aval para suas controladas em contratos de empréstimos e financiamentos, conforme descrito na nota explicativa nº 19.

A Companhia e suas controladas concedem garantias financeiras para operações de fornecedores, conforme descrito na nota explicativa nº 25.

32. Informações suplementares aos fluxos de caixa

Transações que não afetaram o caixa

	Consolidado	
	2025	**2024**
Transações que não afetaram caixa		
Direito de uso	**264.488**	366.194
Cessão de arrendamentos e parcerias agrícolas a receber	**71.531**	(29.935)
Depreciação de imobilizado capitalizados como ativo biológico	**10.597**	7.783
Depreciação de imobilizado capitalizados como imobilizado – cultura permanente	**8.311**	6.392
Juros sobre arrendamentos capitalizados como imobilizado – cultura permanente	**10.150**	8.953
Amortização de direito de uso capitalizados como imobilizado – cultura permanente	**15.511**	18.611

33. Cobertura de seguros

O Grupo adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade.

Em 31 de março de 2025, o Grupo possui cobertura de seguros por valores considerados suficientes pela sua Administração para cobrir eventuais perdas, os quais se encontram demonstrados a seguir:

Bens segurados	Importância segurada
Responsabilidade civil	60.000
Penhor rural	13.883
Veículos	100% Fipe
Máquinas e equipamentos diversos	289.832
Patrimonial	400.000
D&O (Alta Administração)	50.000

Conselho de Administração

Conselheiros

José Francisco de Fátima Santos
Presidente

Luiz Gustavo Turchetto Santos
Hansjorg Suelzle
Moleonoto Tjang
Surjadi Tirtarahardia
Mark Julian Wakeford

Diretoria Executiva

Carlos Eduardo Turchetto Santos
Alisson Venturini Colonhezi
Jeferson Degaspari
Eduardo Scandiuzzi Lopes
Marcelo Bosquetti

Contador

Gabriel Campos Prestes
CRC/SP nº SP-294325/O-6

* * *